

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública
Ano 2 — nº 9 — setembro/outubro — 2018

A sepia-toned photograph of a man with a mustache, wearing a suit and bow tie, sitting in a chair at a desk. Behind him is a large, ornate mechanical printing press. The man is looking towards the camera.

MUSEU DA IMPRENSA

Um passeio pela história do Brasil

Nicolas Behr
O poeta andarilho

O Dasp e o Estado
brasileiro moderno

Nanotecnologia
Partículas do futuro

19^o CONCURSO NACIONAL MUSEU DA IMPRENSA 2017/2018

www.in.gov.br

61-3441-9618

concursomuseu@in.gov.br

Artigo
Ensino superior:
Centenário de morte
do médico sanitarista
Oswaldo Cruz



Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em 5 de agosto de 1872, em São Luís de Paraitinga, São Paulo. Cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro. Foi pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil. Faleceu em Petrópolis no dia 11 de fevereiro de 1917.

Desenho
Ensino Fundamental
Anos Iniciais
(1º ao 5º ano):
Chacrinha visita o
Museu da Imprensa

Redação
Ensino médio:
60 anos do projeto do
Plano Piloto de Brasília



Redação
Ensino Fundamental
Anos Finais
(6º ao 9º ano):
95 anos da Semana
de Arte Moderna



José Abelardo Barbosa de Medeiros, mais conhecido como Chacrinha, nasceu em Surubim, Pernambuco, no dia 30 de setembro de 1917. Ele é considerado o maior comunicador do rádio e da televisão brasileira. Começou a carreira no rádio, no final dos anos 30. Chacrinha faleceu no dia 30 de junho de 1988, aos 70 anos. O último programa Cassino do Chacrinha foi ao ar em 2 de julho de 1988.

REALIZAÇÃO:

APOIO:

PATROCÍNIO:



30 CAMADAS DE SEGURANÇA SÃO IGUAIS A ZERO CHANCE DE FRAUDE.

A urna eletrônica traz agilidade e integridade para as eleições há mais de 20 anos.
Ela tem mais de 30 camadas de segurança,
não está ligada à internet e garante o sigilo das suas escolhas como eleitor.



REDAÇÃO:

Cristóvão de Melo

Ezequiel Marques Boaventura

Marcelo Maiolino

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Rogério Lyra

Lisandra Nascimento (estagiária)

SECRETÁRIA

Vânia Maria Pinto

REVISÃO:

Dermeval Fernandes Dantas

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

PROJETO GRÁFICO:

Cláudio de Souza

CAPA:

Siros

DIAGRAMAÇÃO:

Cláudio de Souza

Elisa Zubcov

Luciana Roquete (estagiária)

Isadora Duarte (estagiária)

ILUSTRAÇÕES:

Siros (págs. 6 e 38)

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

Imprensa Nacional – Assessoria de
Comunicação – SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF, 70610-460
e-mail: ascom@in.gov.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Imprensa Nacional, ou da Casa Civil da Presidência da República.

É permitida a reprodução da revista, desde que citada a fonte.

IMPrensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública ISSN 2526-6039 é uma publicação produzida pela Assessoria de Comunicação da Imprensa Nacional.

[facebook.com/DiarioOficialdaUniao/](https://www.facebook.com/DiarioOficialdaUniao/)

twitter.com/Imprns_Nacional

[instagram.com/impresnanacional/](https://www.instagram.com/impresnanacional/)

www.in.gov.br



Carta ao Leitor

Desde que cheguei à Imprensa Nacional, chamou-me a atenção a existência, e porque não dizer, a cuidadosa manutenção do nosso Museu da Imprensa. É gratificante ver, regularmente, a movimentação de jovens universitários e crianças em visita ao Museu e aos nossos jardins, posando para fotos em frente à histórica impressora Marinoni e conhecendo o prelo no qual trabalhou nosso patrono, Machado de Assis. Nesta edição mostramos que o Museu vai além de um mero depósito de equipamentos, móveis e documentos da história da imprensa no Brasil.

E por falar em formação, na seção *Saiu no DOU*, conheça a história do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado por Getúlio Vargas. O órgão foi responsável por reformar a administração pública e implantar a profissionalização nas carreiras de Estado. Assim como o Dasp, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), outro órgão criado há bastante tempo, no governo João Goulart, e que só ganhou evidência a partir dos anos 1990, é tema da seção *Gestão*.

A publicidade, prática aplicada em diversos campos da atividade humana, vem ao, longo do tempo, se valendo da utilização do cartaz. Espaço imagético e textual, é uma mídia que carrega a história de nossa civilização. A trajetória do cartaz é contada em *Alma Gráfica*, numa reportagem recheada de icônicos exemplos dessa bela arte.

Notório é que o avanço da civilização trouxe mudanças ambientais ao longo do tempo. Com a revolução agrícola e a fixação do homem à terra, deixando para trás a fase de nômade caçador e coletor, as condições estruturais de higiene passaram a ser um problema de saúde. A história dessa conquista civilizatória você conhecerá em *Hiperideias*.

O Auditório D. João VI foi palco da cerimônia de premiação do 10º Fórum da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), com a presença do Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte. A Imprensa Nacional participou também com a exposição fotográfica "Fauna da Imprensa Nacional", do servidor Rogério Lyra. Essas e outras fotos de animais do Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas – DF) e da Polícia Ambiental do DF estão na matéria Bichos Urbanos, da seção *Meio Ambiente*, que aborda o tema urbanização da fauna silvestre.

Como sempre, na seção *Sociedade da Informação*, procuramos trazer aos nossos leitores, reportagens com informações acerca de novas tecnologias. Desta vez abordamos, numa visão panorâmica, a nanotecnologia, ramo de aplicação científica que manipula a matéria em escala atômica e molecular, e lida com estruturas de medidas entre um a 100 nanômetros.

Na seção *Cultura*, nossa reportagem visitou o Viveiro Pau Brasília, onde entrevistou o poeta Nicolas Behr, baluarte da Geração Mimeógrafo, de poetas andarilhos que circulavam pelas ruas das cidades, vendendo seus trabalhos impressos artesanalmente. No conto dessa edição, o jornalista Pedro Paulo Tavares de Oliveira apresenta a história de um escritor que sofre uma crise de inspiração e, para remediar, recorre às suas fontes inspiradoras. Por fim, apresentamos nossa nova seção: *Notícias da Imprensa Nacional*. Nela encontram-se os fatos mais importantes ocorridos na Casa, durante o bimestre.

Pedro Bertone - Diretor-Geral

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública

Ano 2 — nº 9 — setembro/outubro — 2018

SEÇÕES

- 6** - SAIU NO DOU: Dasp: o nascimento do Estado brasileiro moderno
- 10** - ALMA GRÁFICA: A bela época dos cartazes
- 17** - HIPERIDEIAS: A Popularização da higiene
- 22** - NOTÍCIAS DA IMPRENSA NACIONAL
- 29** - GESTÃO: Cade: a livre concorrência como preceito constitucional
- 34** - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: O futuro é nano
- 38** - CULTURA: Nicolas Behr: o poeta andarilho
- 42** - MEIO AMBIENTE: Bichos urbanos
- 46** - CRÔNICA: O parágrafo dos valores

DESTAQUE

- 24** - CLEPSIDRA: Museu da Imprensa: Um passeio pela história do Brasil



Dasp: o nascimento do Estado brasileiro moderno

Cristóvão de Melo e Ezequiel Boaventura

O Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) existiu entre 1938 e 1986. Em seus 48 anos de atuação, serviu como ponta de lança de todos os movimentos de modernização da estrutura do Estado brasileiro. Nasce como necessidade de uma época de racionalização administrativa e extingue-se como resposta à própria necessidade de modernização que tanto ajudou a difundir

No período entre as Grandes Guerras do século XX, o Brasil passou pela primeira transformação de sua ordem republicana. A República Velha foi destituída pela Revolução de 1930, seguida pelo governo de Getúlio Vargas, que, tendo durado 15 anos, instituiu uma ditadura, o Estado Novo, em 1937, por meio de um golpe. Aquele Governo, paradoxalmente, constituiu as bases do Estado brasileiro moderno e das relações de trabalho em sua ordem democrática. As ideias que vigiam à época refletiam a racionalização do mundo. A burocratização das organizações era uma necessidade premente, principalmente no âmbito do Estado, que havia superado o Absolutismo cento e cinquenta anos antes e realizado a separação de poderes. Estado que havia, sobretudo, reorganizado a estrutura de poder, partilhando-o um pouco com a população.

A partir da Revolução Gloriosa, na Inglaterra (1688/9), da Independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789), ideias de igualdade de direitos espalharam-se

mundo afora. Aos direitos econômicos, seguiram-se os direitos civis e, logo em seguida, os direitos sociais. É dizer: a liberdade econômica dos indivíduos foi complementada pelo direito de votar e ser votado. Mais ainda: o cidadão passou a requerer direitos de natureza social: a educação, a saúde e a moradia. Nesse contexto passou-se a exigir do Estado muito mais do que a administração de um padrão monetário e a segurança interna e externa.

Sintetizada nos escritos do sociólogo alemão, Max Weber, a ideia de uma burocracia estatal profissional, impessoal, técnica, desvinculada do poder político e econômico, é o alicerce deste novo Estado racional-burocrático. Aliada a ela, as teorias da administração científica aplicadas à indústria espalharam-se para além das relações de trabalho privadas, influenciando, com sua busca pela eficiência, os modos de agir do Estado.

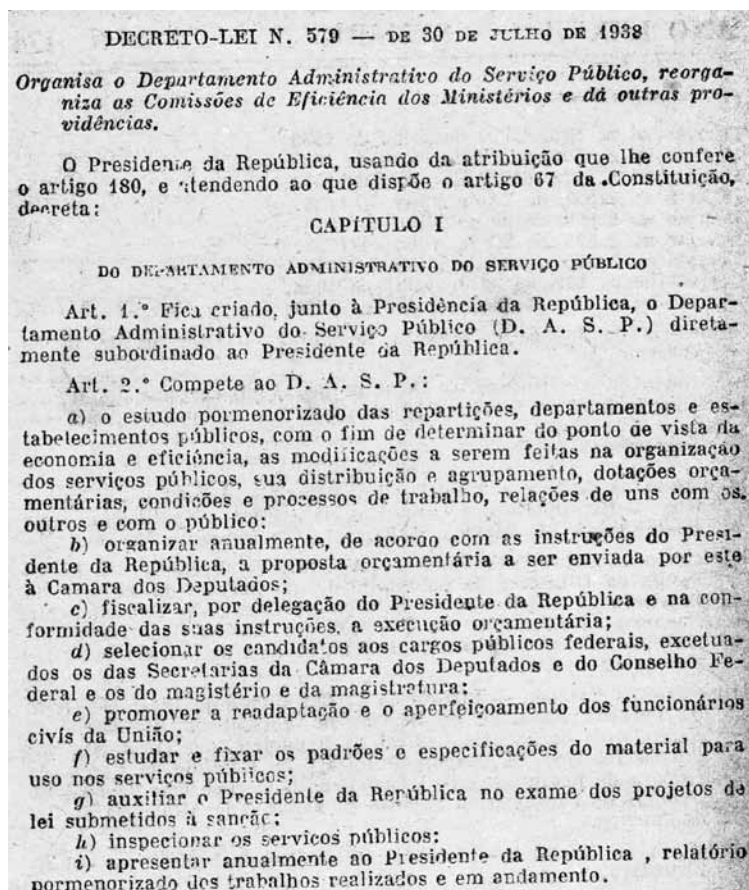
E foi exatamente esta a conjuntura em que foi criado o Dasp, em 1938, em pleno Estado Novo. Previsto na Consti-

tuição de 1937, e organizado pelo Decreto nº 579, de 30 de julho de 1938, o Dasp incorporou e aprimorou as funções da Comissão Permanente de Padronização (1930), da Comissão Central de Compras (1931) e do Conselho Federal do Serviço Público Civil (1936).



Arquivo Nacional

A Constituição de 1937 previa a criação do Dasp



Publicação do Decreto de criação do Dasp no Diário Oficial



O Plano Salte, um dos primeiros esforços de planejamento governamental integrado no Brasil foi elaborado pelo Dasp no governo Dutra

A história do Dasp pode ser dividida em três períodos distintos, com diferentes vieses de atuação, conforme as atribuições que cada época lhe incumbiu. Entre 1938 e 1945, o órgão cuidou diretamente da administração de pessoal, do orçamento e do planejamento públicos. No primeiro governo Vargas, almejava-se a implantação de um novo modelo de Estado, com capacidade de executar as tarefas a ele atribuídas no processo de industrialização do Brasil.

Durante o Estado Novo, o Dasp propagou a necessidade da utilização da “técnica científica” no serviço público e também da formação do funcionalismo público com vistas ao aumento da eficiência do trabalho, ideias emprestadas da administração científica, que também promoviam o conceito de neutralidade na atuação pública.

Neste período, o Dasp ampliou progressivamente sua esfera de atuação, dado o contexto político de uma administração excessivamente centralizada. De sua condição de órgão consultivo do Presidente extrapolou em muito a função e, há quem

diga que teve um papel limitador à ditadura vigente, pois exercia crítica severa e ostensiva aos projetos governamentais. O órgão, supostamente, tinha como princípios prevenir os erros, os excessos de poder e os interesses personalistas.

No período seguinte, entre 1945 e 1964, na democratização, o Dasp perdeu suas funções executivas, transformando-se em órgão de estudo e de orientação do serviço público. Sua atuação voltou-se à formulação e à supervisão da política de pessoal da Administração Pública. Tornou-se órgão consultivo para os sistemas de orçamento, organização e construção de edifícios públicos. Nesse mesmo momento, houve uma transformação nos estudos elaborados pelo Dasp acerca do Estado brasileiro. Os temas administrativos recorrentes (padronização de materiais, recursos humanos, datilografia) dão espaço a assuntos mais aprofundados. Inicia-se uma produção teórica nacional em administração pública.

A abordagem técnico-burocrática deu lugar a uma tentativa de implan-

tação de políticas públicas, mudando o foco ensimesmado do funcionalismo para a população e os políticos. Da mesma forma, no contexto democrático vigente, o Dasp passou a trabalhar como entidade colaboradora das proposições políticas do governo eleito, admitindo um controle parlamentar das atividades do Executivo.

De 1965 a 1986, período que compreende a ditadura e a redemocratização, o Dasp teve seu *leitmotif*, a reforma administrativa, transferido para outros órgãos de governo. A reforma administrativa, tema caro ao Dasp, foi encampado pelo então criado Ministério do Planejamento. As discussões sobre meritocracia e formação perderam força para ideais de desburocratização e eficiência, que desembocaram nas ações de desestatização dos anos 1990.

O Dasp, embora extinto em 1986, em um momento de hiperinflação e de uma percepção generalizada de inchaço e ineficiência governamentais, cumpriu sua função de estruturar administrativamente o Estado brasileiro.



Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - FGV

Cerimônia de posse de Luís Simões Lopes na presidência do Dasp, com a presença de G. Vargas. Rio de Janeiro, ago/1938.

A IMPORTÂNCIA DO DASP

Em sua trajetória de quase cinco décadas, cerca de 20 dirigentes exerceram o cargo de diretor-geral do Dasp. Foram coadjuvantes de acontecimentos marcantes da história do Brasil durante os governos contemporâneos do órgão. Para ilustrar a importância que o Dasp exerceu dentro do serviço público brasileiro, resgatamos exemplos marcantes da sua história.

A 15 de abril de 1970, o professor Glauco Lessa de Abreu, diretor-geral do Dasp no período de 22/4/1969 a 15/3/1974, pronunciou a conferência *O Dasp e a reforma administrativa*. Nesse trabalho, Glauco Lessa examina uma série de problemas relacionados à reorganização integral do Dasp ante a reforma administrativa.

Sob a supervisão do Dasp, em 21 de dezembro de 1967, pelo Decreto nº 61.930, foi delegada ao Ministério do Planejamento a implantação da reforma administrativa, para diminuir o descompasso entre a capacidade operacional da máquina administrativa e as crescentes solicitações do desenvolvimento econômico e social do País.

Glauco Lessa assim se expressou ao final da palestra: "Temos pela frente, irrecusavelmente, uma tarefa desmedida. A reforma do que aí está, com anos e anos de hiato tecnológico, desafia certamente a nossa capacidade, mas desafia sobretudo o nosso espírito cívico. (...) Estamos fazendo essa reforma como deve ser feita, isto é, reformando-nos a nós mesmos em primeiro lugar. E cada diretor, cada chefe, cada funcionário que faça como nós: reforme-se a si mesmo para poder reformar o conjunto. Em condições bem melhores que aquelas em que o recebemos é como vamos entregar este País aos jovens que o esperam para conduzi-lo ao futuro, a um futuro digno de sua grandeza. O Dasp também estará presente ao ansiado encontro do Brasil com o seu grande destino".

Outra defesa contundente da importância do Dasp como elemento fundamental na transformação do Estado brasileiro, está documentada pelos estudiosos Tania Mezzomo Keinert e José Carlos Vaz, no ensaio *A história da Revista do Serviço Público*, a partir da análise dos seus editoriais. A revista foi lançada em novembro de 1937, como órgão do Conselho Federal do Serviço Público (CFSPC). Em 1938, com a criação do Dasp, em substituição ao CFSPC, passou à condição de órgão oficial do Departamento. A publicação circulou até 1989.

Entre os vários argumentos defendidos pelos autores do ensaio, enumeramos um pesado investimento do Estado no aperfeiçoamento de funcionários, principalmente pela cooperação técnica com serviços públicos de outros países. "A vinda de técnicos estrangeiros seria uma esplêndida oportunidade para desenvolver cursos (...) que podiam mais tarde ser continuados com o nosso próprio elemento". RSP, ano III, vol. I, nº 3, março de 1940.

Marcante a atuação do órgão na profissionalização do funcionalismo público. A revista sempre divulgou as ações empreendidas nessa direção, como a implantação do sistema de mérito, do ingresso na carreira por concurso público, treinamento e formação técnica de pessoal.



Reportagem do jornal *Última Hora* em que o presidente JK determina ao Dasp a equiparação salarial entre servidores civis e militares

ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO MP

Para falar a respeito da importância do Dasp e de sua atuação durante 48 anos de existência, a revista *Imprensa Nacional* entrevistou o atual secretário de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), Augusto Akira Chiba.



Ascom/Ministério do Planejamento

Augusto Akira Chiba, Secretário de Gestão de Pessoas

Em que experiências internacionais o Dasp buscou inspiração ao longo de sua história?

O Dasp veio como resposta de modernização administrativa a um aparelho de Estado que dava sinais claros de ineficiência no atendimento aos anseios da sociedade, inspirado nos princípios trazidos na Constituição Federal de 1937, ano de sua criação. De outra parte, sua criação observou modelos aplicados em países europeus, como Inglaterra, Itália, Alemanha, França; e nas Américas, os Estados Unidos.

A criação do Dasp baseou-se em mandamento expresso da Constituição de 1937, e a primeira fundamentação da necessidade de sua existência foi tornada pública com o texto da própria Constituição. Na sua visão, o Dasp cumpriu seu papel de ser um instrumento de modernização e eficiência na melhoria do serviço público?

A resposta é positiva. A importância político-administrativa do Dasp fez com que desse cumprimento ao seu papel institucional, inaugurando um modelo sistêmico de administração a partir de funções normativas, de coordenação e controle com o suporte técnico dos demais órgãos da administração pública federal. Os resultados ficaram visíveis à sociedade a partir de um maior investimento do Estado no aprimoramento do planejamento e no cuidado com a profissionalização da Administração Pública.

A fase inicial do Dasp deixou vários resultados positivos ao lado de disfunções que foram prejudiciais à administração pública. Fale um pouco dessas conquistas e desses resultados.

Em sua fase inicial o Dasp foi indutor de inúmeros resultados positivos, dentre eles o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, de onde é possível extrair os seguintes aspectos: i. Qualificação dos quadros da administração pública federal; ii. Introdu-

ção do sistema do mérito para fins de provimento de cargo público (concurso público); iii. Elaboração e execução da política orçamentária; e iv. Organização e melhoria dos processos de trabalho no âmbito dos órgãos da administração pública. Ao se pensar e gestar um novo modelo de administração para um País tão rico como o Brasil, junto foram percebidos aspectos nocivos à administração pública, como a escolha de soluções que muitas vezes, até por conta do ineditismo, de pouca maturidade, ensejavam aperfeiçoamentos constantes.

Na década de 1950, durante os três anos do novo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) o Dasp tentou recuperar as atribuições e o prestígio que caracterizavam sua fase pioneira. Segundo os estudiosos, esses objetivos não foram alcançados. Por quê?

Com a instalação do Estado Novo – Getúlio Vargas –, o regime liberal previsto na Constituição Federal de 1946 não se coadunava com os princípios administrativos então preconizados pelo Dasp, dando lugar a conceitos de gestão inspirados pelos modelos aplicados na Europa.

Durante a ditadura militar, houve uma grande reforma administrativa no ano de 1967, principalmente a partir da edição do Decreto Lei nº 200. Que consequências esta reforma teve para a Administração Pública? Qual foi o papel do Dasp nesta reforma e, a partir daí, até a sua extinção?

Com efeito, o Decreto-lei nº 200, de 1967, embasou a primeira grande reforma administrativa experimentada pelo Brasil. No contexto da reforma, o Dasp teve um papel significativo, tendo sido o protagonista do Sistema de Pessoal Civil (Sipec), do qual era o órgão central, com o encargo de orientar, uniformizar e operacionalizar os processos de administração dos recursos humanos da administração pública federal, juntamente com os órgãos integrantes desse sistema.

Como funcionavam os concursos públicos durante o período do Dasp? O que mudou após a Constituição de 1988?

Na condição de órgão central do Sipec, o Dasp centralizava todas as ações relativas a concurso público, bem assim o processo de provimento dos candidatos aprovados. Com o advento da Constituição Federal de 1988, o ingresso ao serviço público passou a ser apenas por concurso público eliminando os processos seletivos internos (ascensão funcional).

Como o Dasp participou do Programa de Desburocratização, instituído por Hélio Beltrão em 1979?

No final da década de 1970 ocorreu a criação do Ministério Extraordinário de Desburocratização, dando início ao Programa de Desburocratização. Entendo que o principal papel do Dasp nesse importante Programa foi o de indutor das diretrizes preconizadas, a partir da formulação de normas da administração pública de serviços gerais e de pessoal.

Por que o Dasp foi extinto? Todas as funções do Dasp foram absorvidas pelo Ministério do Planejamento, por meio de secretarias finalísticas, como a Secretaria de Gestão de Pessoas, a Secretaria de Recursos Humanos, a Secretaria de Orçamento Federal e a Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos?

Quero crer que o Dasp tenha cumprido seu papel ao longo de sua existência e a necessidade de modernização subsequente tenha ensejado outras reformas administrativas, que deram criação a outros organismos, vis-à-vis o Decreto nº 91.147, de 15 março de 1985, que criou o Ministério da Administração, e a ele vinculou o Dasp, e, assim por diante, outras transformações foram processadas. Basicamente, as atividades atinentes a pessoal civil e de administração, então inscritas à esfera de competência do Dasp, estão sendo desenvolvidas pelo MP.

A BELA ÉPOCA DOS CARTAZES

Cristóvão de Melo

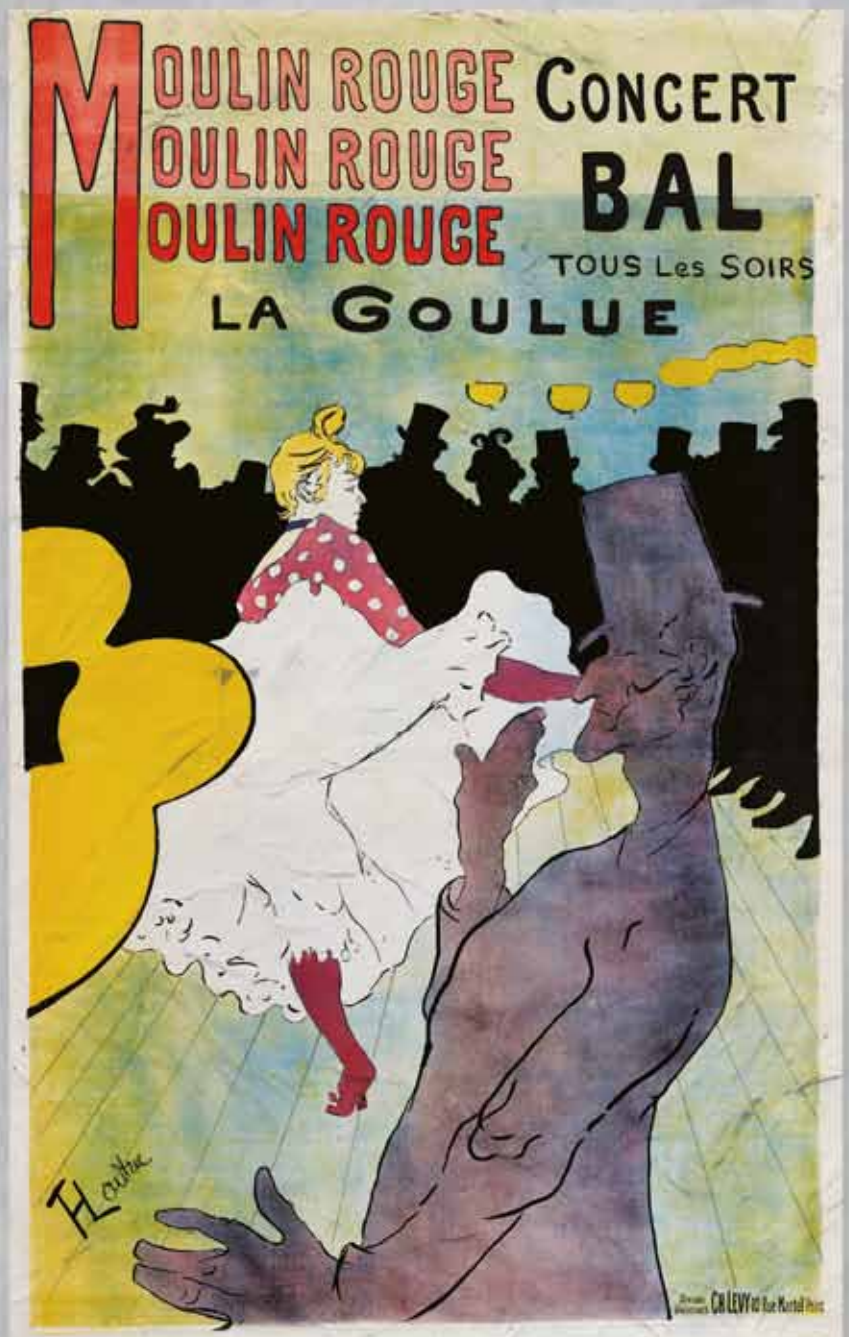
O cartaz já foi um dos principais meios de comunicação da sociedade. Espaço de criação artística, pode-se dizer que o cartaz iniciou a moderna publicidade no final do século XIX. Sua estética refletiu as tendências de cada época e não ficou imune às diferentes mensagens que carregou. Hoje, em tempos de excesso de informação, o pôster ainda tem seu lugar reservado como meio de divulgação das artes gráficas.



Jules Cheret, 1895

Cartaz publicitário para um aperitivo

La Goulue, obra-prima de Henri Toulouse-Lautrec, seu primeiro cartaz para o Moulin Rouge



Museu de Arte de Indianápolis (domínio público)

Embora se possa pensar em uma origem na Idade Antiga, a partir do surgimento da escrita, para a tecnologia de reunir textos e imagens em um suporte vegetal ou animal, com o intuito de divulgar uma mensagem, o cartaz, tal qual conhecemos, consolidou-se em um tempo mais recente. São do século X os primeiros prospectos na China, por meio da xilogravura, técnica que consiste em entalhar a madeira, deixando em relevo a parte a ser reproduzida. Na Baixa Idade Média europeia, o primeiro cartaz data de 1454 e continha apenas letras manuscritas.

Somente em meados do século XIX o pôster assume a forma conhecida hoje, graças ao talento de Jules Chéret, desenhista francês, que, em 1866, fundou uma oficina de litogravura, aperfeiçoando a técnica inventada pelo alemão Alois Senefelder em 1798, de modo que a impressão em cores pudesse ser feita em grande escala, de maneira rápida e barata. O resultado de seu processo li-

tográfico de “3 pedras” era inovador: extraordinárias intensidades de cores e texturas, com transparências e nuances impossíveis de serem alcançadas em outras mídias, até mesmo nos dias de hoje.

Com desenhos mesclados a textos curtos, Chéret pavimentou o caminho para a moderna publicidade impressa. Em seus pôsteres, usava fontes de letras chamativas, cores contrastantes e brilhosas. As mulheres retratadas por Chéret tinham espírito livre: alegres, elegantes e vigorosas, quando, até então, eram representadas entre os estereótipos do divino e do mundano. Alguns o consideram um pioneiro da liberação feminina.

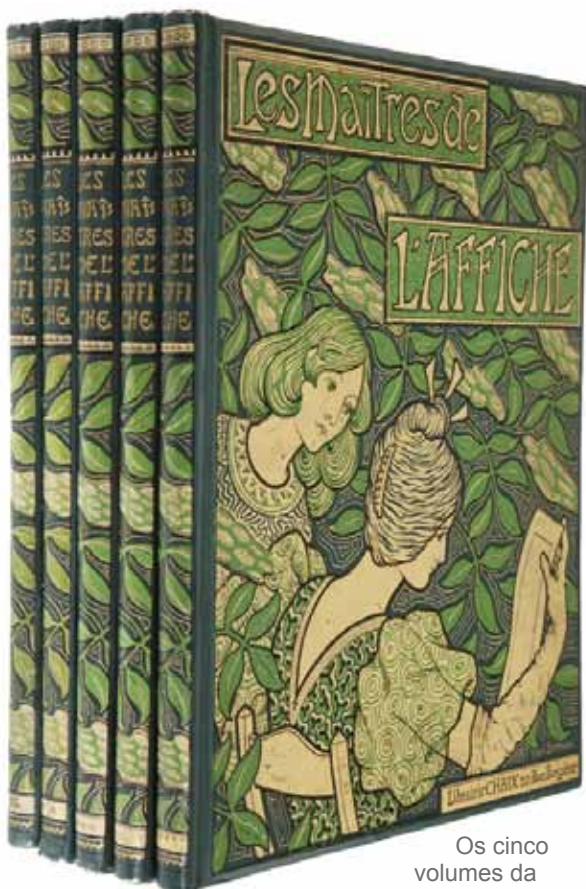
Em 30 anos de carreira, criou mais de 1.000 anúncios em sua oficina, principalmente para feiras e exposições, espetáculos teatrais e produtos de consumo. À sua onda criativa, juntou-se um grande número de artistas, como Toulouse-

Lautrec, cujo primeiro cartaz, elaborado para o cabaré *Moulin Rouge*, elevou o pôster publicitário ao status de obra de arte na era moderna.

Os cartazes mudaram a cara da Paris da *Belle Époque*. A cidade foi inundada por essa nova arte gráfica, tanto que seus habitantes chamavam, jocosamente, as ruas e praças, cheios de cartazes em seus muros, de “galerias de arte dos pobres”. A popularidade do pôster era tanta que, em 1884, houve uma grande exibição em Paris.

A indústria logo contratou os serviços de aspirantes a pintor que precisavam de outras fontes de renda para autofinanciar suas carreiras. O próprio Chéret lançou, em 1895, uma publicação artística chamada “Mestres do Cartaz”, em que reunia 256 reproduções de pôsteres de 97 artistas de seu tempo.

Casa de leilões Aguttes



Os cinco volumes da publicação *Maîtres de l'Affiche* (Mestres do Cartaz), editada por Chéret, foram vendidos, em 2014, por cerca de 180 mil reais

Projeto Eliseu Visconti



Capa da *Revue du Brésil*, 1896, feita por Eliseu Visconti, introduz a *Art Nouveau* nas artes gráficas brasileiras



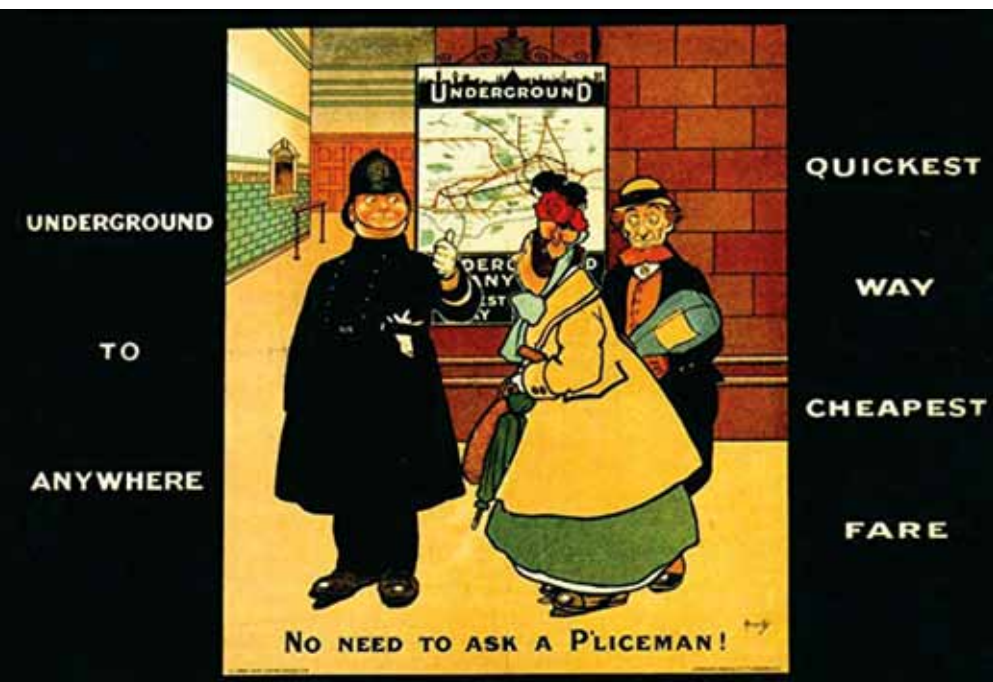
Divulgação Vimeo

Cartaz do filme a respeito do pôster vitoriano de um circo, de 1843, que inspirou John Lennon a compor a canção *Being for the Benefit of Mr. Kite!*, do álbum *Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band*, de 1967



Haskell Coffin, 1918. Biblioteca do Congresso dos EUA, domínio público

Cartaz de selos do fundo de financiamento da guerra, dirigido ao público feminino dos EUA, de 1918.



Cartaz de 1908 para incentivar a utilização dos mapas do metrô londrino

Museu do Transporte de Londres - *No need to ask a pliceman*, John Hassall, 1908

Por volta dos anos 1890, a técnica extrapolou as fronteiras parisienses, espalhando-se por toda a Europa e chegando ao outro lado do Atlântico. O momento era o da *Art Nouveau*, uma reação à arte acadêmica, com ênfase em linhas curvas e estruturas da natureza. Pela primeira vez, associava-se a arte à indústria. O estilo florido da *Art Nouveau* foi o movimento internacional mais influente no campo das artes até o começo da Primeira Guerra Mundial.

Na *Belle Époque*, em cada país, o cartaz foi utilizado para celebrar suas instituições culturais singulares. Na França, os cafés e os cabarés eram onipresentes; na Itália, a ópera e a moda; na Espanha, as touradas e os festivais; na Alemanha, as feiras de comércio e as revistas; na Grã-Bretanha e nos EUA, os jornais literários, as bicicletas e o circo. Estilisticamente, os pôsteres holandeses eram marcados pelo comedimento. Os cartazes italianos, pelo drama em grandes formatos. Os alemães, pela sua influência medieval e traços retos.



Cartaz AgitProp (agitação e propaganda) do poeta Vladimir Maiakovski: *VOCE QUER? JUNTE-SE* 1. *Você quer controlar o frio?* 2. *Você quer superar a fome?* 3. *Você quer comer?* 4. *Você quer beber?* *Apreste-se para se juntar à equipe de ataque de trabalho exemplar.*



Poster de Barack Obama da campanha eleitoral de 2008

No século XX, principalmente em Londres, pioneira no uso do metrô, o cartaz adquiriu caráter de utilidade pública, incentivando a utilização do transporte coletivo. Nos EUA, seria impensável o lançamento de um filme sem um pôster elaborado para divulgá-lo.

Indissociável da forma, o conteúdo também se diversificou para além da cultura, do comércio e da indústria. Com a Primeira Guerra Mundial, o cartaz teve papel fundamental na propaganda política. Serviu a diversos propósitos durante o conflito: do recrutamento de soldados ao reforço da produção bélica; da demonização do inimigo à conquista de apoio interno.

O cartaz foi mensageiro de ideologias em disputa, de um mundo em transformação. Somente os Estados Unidos, durante os esforços de guerra, produziu mais de 2.500 pôsteres diferentes, tendo impresso, em pouco mais de dois anos, mais de 20 milhões de

unidades, aproximadamente um cartaz para cada quatro cidadãos.

Nessa mesma década, os bolcheviques usaram a propaganda para vencer a guerra interna, iniciada com a Revolução Russa de 1917, para a implantação do novo regime. Novas técnicas e novos estilos modificaram, além da estética, a maneira de produzir cartazes. Os construtivistas desenvolveram um estilo de composição marcado por fortes diagonais, fotomontagens e cores chocantes, que influenciariam, mais adiante, a Bauhaus, escola de *design* da República de Weimar, que infundiu no cartaz linhas retas e racionalismo visual na década de 1920.

Concomitantemente, artistas trabalhando nas escolas de Glasgow e Viena transformavam a abordagem orgânica da *Art Nouveau*, rejeitando a ornamentação curvilínea em favor de estruturas mais retilíneas e geométricas, baseadas no funcionalismo. Os movimentos artís-

ticos do Cubismo, Futurismo, Expressionismo e Dadaísmo se tornaram as principais influências, após o grande conflito. Ao mesmo tempo, os primeiros cursos de *design* foram instituídos na França, na Alemanha e na Suíça, um momento-chave de transição da ilustração para o *design* gráfico e a publicidade.

Os estilos mudaram ao longo do século XX. À *Art Nouveau* se seguiram o Simbolismo, o Cubismo e a *Art Déco*. A Bauhaus sintetizou e difundiu o formalismo e as regras do *design* alemão, seguidos, tempos depois, pela escola suíça, que garantiu sobrevivência à litografia nos anos 1950, renovando a arte do pôster no contexto de um mercado de massas nascente.

A fotografia e os novos meios de comunicação suplantaram o pôster. Revistas de grande circulação, o rádio e, mais tarde, a televisão e os *outdoors*, passaram a competir pelos orçamentos de publicidade das empresas e dos governos. Desafiado pelas novas formas

ALMA GRÁFICA - A bela época dos cartazes

de *marketing*, o cartaz começou a declinar, embora continuasse a ser produzido como forma de comunicação complementar. Para piorar, parte da sociedade rejeitou os cartazes por sujarem os espaços públicos.

No período entre guerras, a litografia viveu seus últimos suspiros, sendo substituída pelo fotolito, com emprego massivo da fotografia. Cada vez mais,

os cartazes migraram para usos decorativos ou com propósitos panfletários.

Nos anos 1960, os pôsteres renasceram como parte de uma mudança. A contracultura e a arte *pop* contestaram, com sua “incoerência”, as regras estabelecidas. A lisergia, o minimalismo das figuras naturais e a ênfase em cores e formas chapadas introduziram uma linguagem visual moderna e mais abstrata. Na

década anterior, o cartaz propagou os padrões de um modernismo consumista. Capitaneada pela indústria norte-americana de bens de consumo para as famílias, a comunicação em geral refletia um estilo de vida exportado para o mundo.

Os excessos da cultura das drogas e da alienação política levaram a uma breve, mas espetacular, mania por pôsteres psicodélicos nos Estados Unidos. Os

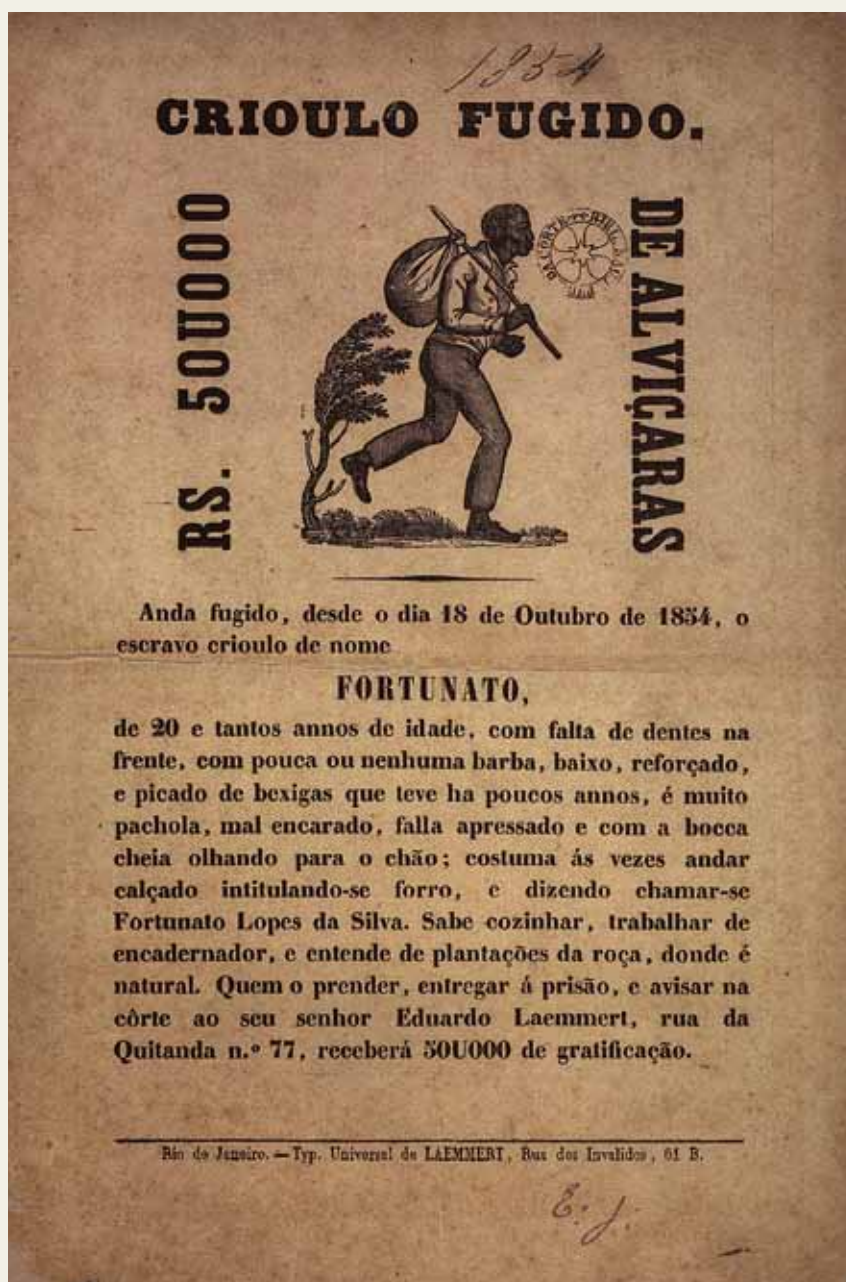
DA PALAVRA À IMAGEM: OS CARTAZES NA BIBLIOTECA NACIONAL

Diana Ramos*

Tanto para comunicar ideias e ideologias, quanto para promover bens e serviços, os cartazes foram, por muitos anos, a forma mais eficiente e direta de comunicação impressa. Largamente utilizados como mídia, seu uso e *design* evoluíram ao longo de sua existência e, graças a sua capacidade de síntese, tornaram-se um dos principais veículos de comunicação de massa.

A Fundação Biblioteca Nacional, como principal instituição cultural de preservação e difusão da produção intelectual do Brasil, tem, em seus mais de dois séculos de história, a guarda de alguns cartazes raros e emblemáticos. Beneficiária da lei do Depósito Legal desde o Século XIX, a atual Seção de Iconografia abriga boa parte deste acervo.

Partindo da estaca zero em 1808, chegamos ao início do Século XX sem dever nada, em termos de qualidade, aos impressos ilustrados estrangeiros. As revistas ilustradas deram o mote para o desenvolvimento técnico que permitiu a impressão simultânea de textos e imagens numa mesma página, e, a reboque dessas inovações, vieram as transformações de *layout*, tão facilmente visíveis nos cartazes.



“Crioulo fugido” impresso no Rio de Janeiro na Tipografia Universal de Laemmert. Cartaz tipográfico traz ilustração de matriz xilográfica, mede 32,8 x 23,9cm.

*Chefe da Seção de Iconografia da Fundação Biblioteca Nacional. Historiadora, mestre em Memória Social pela UNIRIO.

protestos de *Maio de 1968*, na França, deram vazão a um modo de fazer cartazes que remetia ao estilo soviético do pôster e aos quadrinhos. A isso juntou-se o ativismo contra a Guerra do Vietnã.

O pacifismo, o naturismo, a liser-gia, a liberação sexual, o holismo e, sobretudo, a contestação do sistema fizeram parte do conteúdo deste movimento que prolongou a existência do pôster como meio de comunicação.

Nas décadas de 1980 e 1990, o pós-modernismo ingressa na confecção dos cartazes, com as regras das grandes escolas de *design* sendo quebradas ou utilizadas com liberdade criativa, o que continuou no Século XXI, potencializado pela revolução digital e o advento da Internet.

Exemplo disso foi o cartaz “Esperança”, do ilustrador Shepard Fairey, para a campanha de Barack Obama à

presidência, em 2008. Com altas doses de *Pop Art* e Pós-Modernismo, trata-se de uma das mais emblemáticas peças de comunicação de nossos dias, muito importante em um pleito que inaugurou a primazia das redes sociais.

O fato é que o pôster ainda vive como meio de comunicação, em pleno Século XXI, nutrido-se do conjunto de movimentos, técnicas, mensagens e formas que compõem seu arcabouço.



Cartaz da Empresa de carros de aluguel da Serra da Tijuca, de autoria de Perez & C, impresso na firma litográfica carioca de Angelo & Robin. Litogravura, 89,9 x 62,3cm.

PROCURADO

Dos tão divulgados cartazes de *PROCURADO* nos filmes norte-americanos do Velho Oeste, o Brasil teve sua versão remetendo a um triste capítulo da nossa história. Num pequeno cartaz, de 1854, vemos o anúncio de um escravo negro fugido: Fortunato Lopes da Silva. A imagem xilográfica é genérica, enquanto o texto é bem específico, sendo ele a fonte de informações importantes para reconhecimento do fugitivo e registro da oferta de recompensa pela captura.

À medida que o desenvolvimento tecnológico do Século XIX permitiu, a publicidade passou a incluir imagens mais elaboradas para uma comunicação mais rápida com o leitor. A litografia, em comparação com a xilografia, técnica de impressão de imagens mais corriqueira, permitia uma representação mais rica em detalhes. A busca pela publicação de imagens em alta qualidade nos fez sair de um conteúdo basicamente textual para o quase exclusivamente imagético do Século XX.

PRECISANDO DE CARRO?

Em cartaz de 1878, a “Empresa de Carros de aluguel da Serra da Tijuca” anuncia o serviço de transporte de passageiros em carruagem, informando os horários das diligências e o serviço de passeios turísticos em português, espanhol e inglês. É um cartaz formidável! Riquíssimo, não só pelos bens e serviços que anuncia, mas pela forma como faz. Essa obra é proveniente do depósito legal da firma litográfica carioca Angelo e Robin.



Cartazes da série “Alerta! Palavras do chefe da nação” da Imprensa Nacional, ilustrados por Raul Pederneiras. Cromolitogravuras medindo 76 x 56cm e 56 x 76cm.

CUIDADO COM A GUERRA!

A aproximação das artes gráficas com as artes plásticas rendeu frutos primorosos, principalmente a partir do Século XX. Na ausência de profissionais estritamente ligados à criação de peças publicitárias, vemos artistas plásticos e litógrafos envolvendo-se na produção dessas imagens.

Raul Pederneiras, expoente caricaturista de importantes revistas ilustradas, atuou, também, no universo da publicidade numa época em que a figura do publicitário não era, nem de longe, reclamada. Em cartazes de propaganda

ideológica durante a I Guerra Mundial, Raul assina a ilustração da série de cartazes “Alerta! Palavras do chefe da Nação”. Neles, as imagens são extremamente elucidativas, complementadas por frases curtas, reproduzidas do discurso do então presidente da República, Wenceslau Braz. Em tempos de guerra, os cartazes da Imprensa Nacional trazem conselhos referentes a cuidados com espionagem, precaução com a fome e restrição de recursos, à unidade nacional e, acima de tudo, a preocupação maior com os interesses da pátria e os possíveis sacrifícios em nome da nação brasileira.

Como testemunho da evolução tecnológica, da forma de interlocução e da transformação no público, os cartazes estão na vanguarda da comunicação de massa. Basicamente textuais ou ricamente ilustrados, adaptando-se às mudanças que a modernidade propiciou e exigiu, os cartazes permanecem na memória impressa brasileira. E a Biblioteca Nacional persiste em sua missão de preservar e divulgar a memória nacional, zelando pelo bem-estar dessas peças maravilhosas.

A POPULARIZAÇÃO DA HIGIENE

Marcelo Maiolino

Os hábitos de higiene pessoal e as práticas de limpeza urbana melhoraram significativamente graças à ciência e à tecnologia

Imagine um mundo sem água encanada, sem esgoto, sem os modernos produtos de higiene e sem os serviços de limpeza urbana. Nesse mundo, quem quisesse tomar banho precisaria ir até a fonte – que podia ficar a centenas de metros ou a quilômetros de distância – trazer água em baldes; dois, no máximo, um em cada ombro. Sem saneamento, não havia sanitários e as fezes ficavam onde haviam sido “deixadas”, atraindo moscas e exalando mau cheiro até que se decompusessem naturalmente, dias e dias depois. Também não havia papel higiênico, nem sabonete, xampu, creme dental, desodorante, amaciante de roupas e absorvente. Cenas de um passado remoto? Nem tanto. Dependendo da sua idade e do local de origem de seus antepassados, foi nesse ambiente que seu bisavô viveu. Em termos históricos, isso foi ontem.

Desde as primeiras civilizações, sabia-se que a higiene contribuía para preservação da saúde; tanto que há vestígios de instalações sanitárias, ainda que rudimentares, em sociedades tão antigas quanto a romana, a egípcia e a suméria. Também havia alguns precários recursos de higiene pessoal, mas eram absurdamente caros, como sabonetes no Século XVI, ou inadequados, como cremes à base de excrementos, na Idade Média. Feito com gordura animal, cinzas e urina, o sabão era um artigo tão raro que figurava em inventários.

Na Europa das Idades Média (476 a 1453) e Moderna (1453 a 1789), havia um agravante: crenças infundadas a respeito da saúde, resultante da falta de recursos e conhecimentos médico-científicos. Acreditava-se, por exemplo, que a água poderia causar esterilidade na mulher, razão pela qual a higiene íntima era desaconselhada; e que era importante deixar que se formasse uma camada de gordura e sujeira sobre a pele para impedir que as doenças entrassem pelos poros. Os médicos não lavavam as mãos, simplesmente porque não sabiam da existência de germes e micróbios. Pode-se dizer que havia uma aversão à água na Idade Média europeia, inclusive para beber. Vinho e cerveja, purificados pelo processo de fermentação, eram os líquidos preferidos para se matar a sede, inclusive de crianças.

Orientais eram, em geral, mais higiênicos que seus contemporâneos europeus. Na Índia, por exemplo, há vestígios de engenhosos sistemas hidráulicos construídos para abastecer palácios; nada parecido com isso existiu nos castelos medievais e nem mesmo nos palácios da Idade Moderna. Versailles estava longe dos padrões orientais. Em meio a castiçais de cristal e cortinas de veludo, havia restos de comida pelos jardins e fezes pelos corredores. Um decreto baixado pelo rei Luís XIV, em 1715, a limpeza dos corredores uma vez por semana.

Entre a queda do Império Romano, em 476 d.C., onde havia banhos públicos, aquedutos, esgotamento sanitário e latrinas coletivas, e a redescoberta da importância de equipamentos públicos e privados de higiene para a saúde e o bem-estar, em fins do Século XIX, a Europa viveu, literalmente, afundada em imundice. Nas vilas e cidades, ruas eram apenas o espaço desocupado entre fileiras de casas e, além de servirem à circulação de pedestres e carroças, eram, principalmente, esgotos a céu aberto, destino de fezes e urina produzidas durante a noite.

Mas por que havia tanta falta de higiene? Vários fatores contribuíram: o clima frio desestimulava o banho regular, e a falta de conhecimento científico impedia que se relacionasse de forma consistente sujeira a doenças. Por isso, as epidemias eram encaradas como um castigo de Deus, contra o que nada podia ser feito. Como a ciência era rudimentar, não havia na população a consciência de que as coisas do mundo ocorrem em razão de relações de causa e efeito. Por isso, ninguém achava que as constantes pestes eram causadas pela imundice generalizada e, em razão disso, não havia serviços de limpeza urbana, nem a preocupação em não poluir os rios. Para piorar tudo, a Igreja proibia banhos por considerar que a nudez levaria ao pecado.

HIPERIDEIAS - A popularização da higiene

Com a queda do Império Romano, se perdeu toda a tecnologia dos aquedutos, que abasteciam os banhos públicos, e do esgotamento sanitário, como a Cloaca Maxima, que cortava toda a capital do império levando os dejetos para bem longe. Em parte, porque, sem um governo central para manter serviços e obras públicas, como os aquedutos e os milhares de quilômetros de estradas, em

pouco tempo ambos deterioraram-se, impedindo a distribuição de água limpa e dificultando as comunicações, a troca de ideias e o comércio; em parte, porque a Igreja fez uma intensa campanha contra Roma, demonizando tudo que os antigos senhores do mundo criaram, inclusive a higiene. Assim, a Europa levaria 1.500 anos para voltar a ver um encanamento novamente.

Foi no contato com os árabes que europeus conheceram, mas não, necessariamente, adquiriram, hábitos de higiene mais rigorosos para os padrões medievais, claro. Os árabes descobriram álcool a partir do vinho e suas propriedades antissépticas. Suas mulheres passavam horas e horas nos haréns, cuidando da beleza e, consequentemente, da saúde. As europeias, por sua vez, que já não se lavavam regularmente, em razão dos elaborados penteados, que exigiam até mesmo armações para sustentá-los, tinham um motivo a mais para evitar lavar os cabelos por dias, semanas, meses a fio. Especula-se, ainda, que por ser um povo do deserto, os árabes compreendiam a importância da escassa água como fonte de vida. Na Europa, ao contrário, tal recurso sempre foi abundante e, portanto, pouco valorizado. Os rios eram esgotos naturais; e o clima, por sua vez, por ser frio em largas áreas do continente e em longos períodos do ano, desencorajava os banhos, que eram, em geral, tomados uma ou duas vezes por ano ou por recomendação médica, contra doenças específicas.

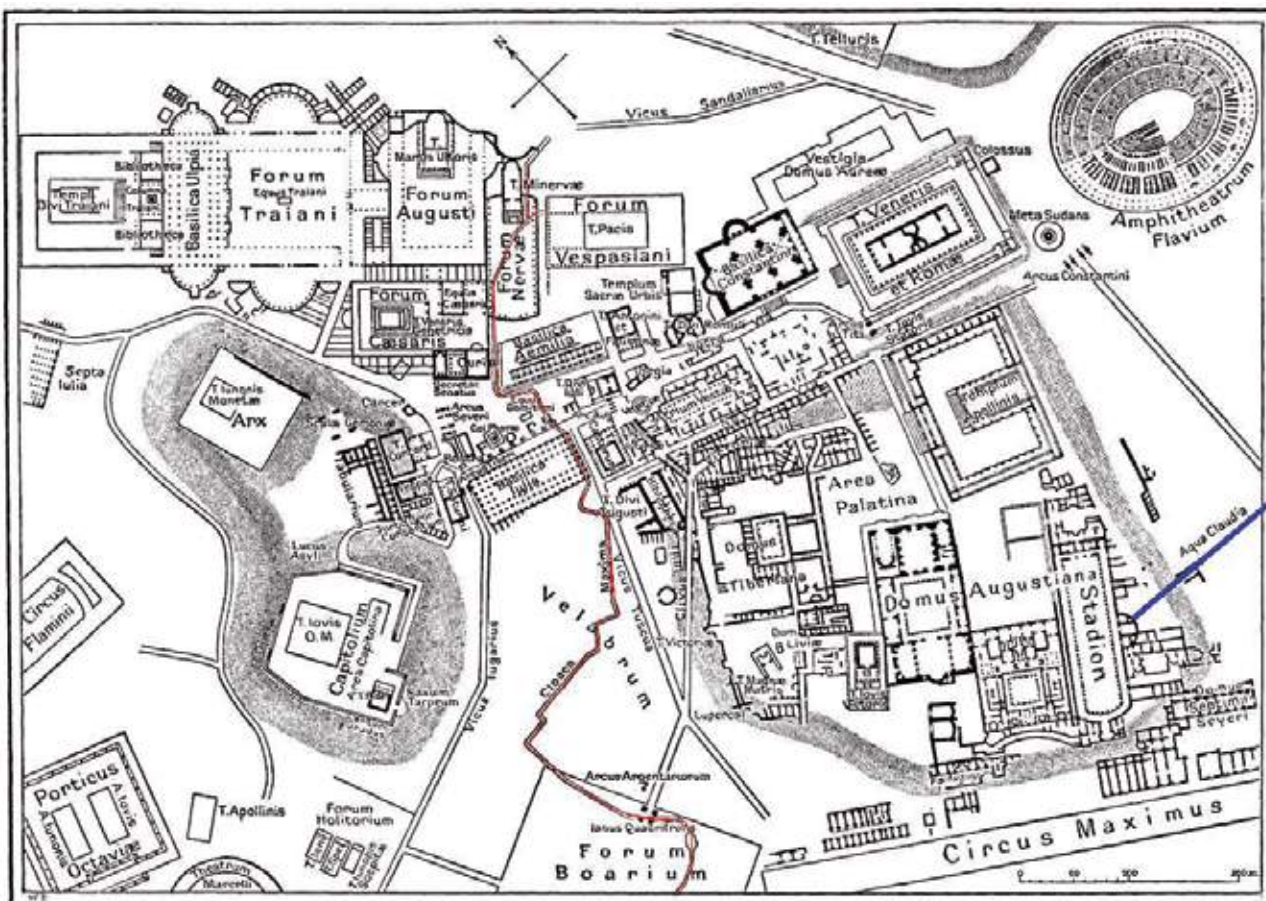
Séculos mais tarde, os ingleses foram pioneiros na adoção de rígidos padrões de higiene e limpeza em suas embarcações. Como seus territórios espalhavam-se pelos quatro cantos da Terra, o "Império dos Mares" não se podia dar ao luxo de perder contato com nenhuma pérola de seu longo colar de colônias. Séculos depois, a higiene inglesa entrou em ação novamente. Na Primeira Guerra Mundial, os soldados britânicos orgulhavam-se de serem os mais limpos do mundo, crença que foi explorada em um cartaz publicitário da então Lever Brothers, atual Unilever, empresa que criou o Sunlight, primeiro sabão de uso geral barato e industrializado, vendido em pacotes fechados. Na Segunda Guerra Mundial, durante a campanha na África do Norte, as tropas nazistas, comandadas pelo Marechal Erwin Rommel, foram muito debilitadas por doenças, enquanto os ingleses mantiveram-se saudáveis, graças a seus hábitos de higiene.



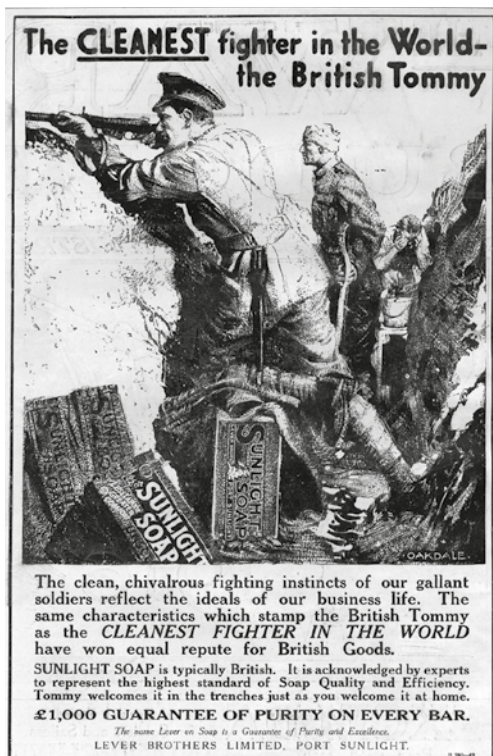
Na Roma Antiga, fazer o número 2 era um evento social. As instalações eram as melhores que o mundo veria até a virada do Século XIX. O papel higiênico, porém, era uma esponja de uso coletivo.



Na Idade Média, apenas os castelos tinham algo parecido com um vaso sanitário. Eram construídos do lado de fora dos muros para que os dejetos caíssem livremente no fosso, sem necessidade de intervenção humana



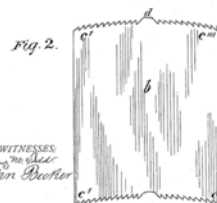
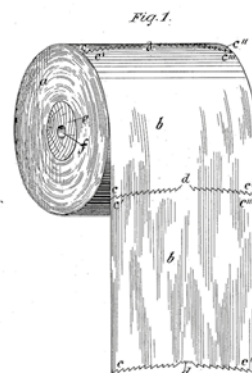
A Cloaca Maxima foi uma exceção à regra da imundice do mundo antigo. O túnel cortava a Cidade de Roma, recebendo e transportando os dejetos em direção ao rio Tibre



Anúncio da Primeira Guerra Mundial diz que o soldado britânico popularmente chamado de Tommy é o mais limpo do mundo. Peça da Lever Brothers, hoje Unilever

A história mostra que as civilizações humanas viveram quase toda sua existência na sujeira. A situação só começou a mudar, timidamente, em 1791, quando o químico francês Nicholas Leblanc descobriu um método barato e eficiente para se produzir sabão de qualidade, o que fez desse outrora artigo de luxo um item acessível. Somente em 1848, em Viena, o médico Ignaz Semmelweis percebeu que lavar as mãos com cloro antes de se realizar partos diminuía muito a mortalidade materna. O papel higiênico já era usado na China quando foi introduzido na Europa em 1857, mas somente em 1890 começou a ser produzido industrialmente, nos Estados Unidos. Seja como for, graças a essa nova utilidade para o velho papel, formou-se a dupla de utensílios mais querida de qualquer residência moderna quando o assunto é higiene: papel higiênico e vaso sanitário com descarga. Este fora inventado na Inglaterra em 1596 por um poeta e tradutor de talento duvidoso chamado John Harrington.

(No Model.)
S. WHEELER.
TOILET PAPER ROLL.
No. 465,588.
Patented Dec. 22, 1891



WITNESSES:
Arthur M. Hall
John Brooker

INVENTOR:
Seth Wheeler

Esquema da patente do papel higiênico, de 1891, marcou o início da produção em massa do produto

HIPERIDEIAS - A popularização da higiene

Banho diário, programa de índio

No livro *Passando a limpo: história da higiene pessoal no Brasil*, o jornalista Eduardo Bueno narra a história do Brasil a partir da ótica da limpeza e da higiene corporal. Bueno reafirma uma convicção já bastante difundida entre historiadores e o público em geral: a de que os índios transmitiram aos portugueses seus hábitos de higiene. Segundo ele, os indígenas depilavam-se e lavavam os cabelos regularmente, além de usar produtos vegetais, como óleo de andiroba e extrato de pitanga, em suas práticas de higiene e beleza. Mais do que isso, ensinaram aos conterrâneos de Cabral a importância do banho diário para o bem-estar, a beleza e a saúde.

Segundo o autor, o início do Século XX foi um período marcante na história da higiene no País. Nessa época, brasileiros urbanos e com condições financeiras adquiriam cremes, pomadas, sabonetes e xampus da Europa, especialmente da França, principal centro cultural da época. Os banheiros, também, se transformaram em locais mais agradáveis, com a adoção de louças e metais com superfícies lisas e reluzentes para facilitar a faxina e dar sensação de limpeza. A partir dos anos 1950, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, os hábitos de higiene no Brasil consolidaram-se graças à instalação da indústria de bens de consumo no País.

Antes, porém, exceto pela contribuição indígena e por algumas particularidades locais, o Brasil não era muito diferente do mundo em termos



Comunidade Nova Esperança do povo Baré. Rio Cuieiras, afluente do Rio Negro, Amazonia, Brasil

Foto: Daniel Zanini H. (CC BY 2.0), via Wikimedia Commons

de higiene. A diferença decorre do surgimento dos modernos recursos de higiene e limpeza, que caíram muito bem no gosto de um povo que, anteriormente, já cultivava tais hábitos na medida do possível. De um modo geral, os brasileiros sempre souberam que a higiene ajuda a afastar doenças. A historiadora e escritora Mary Del Priore, conta que a falta de bons hábitos de higiene de nossos antepassados não era, apenas, uma questão cultural. Havia dificuldades práticas, a exemplo da falta de produtos.

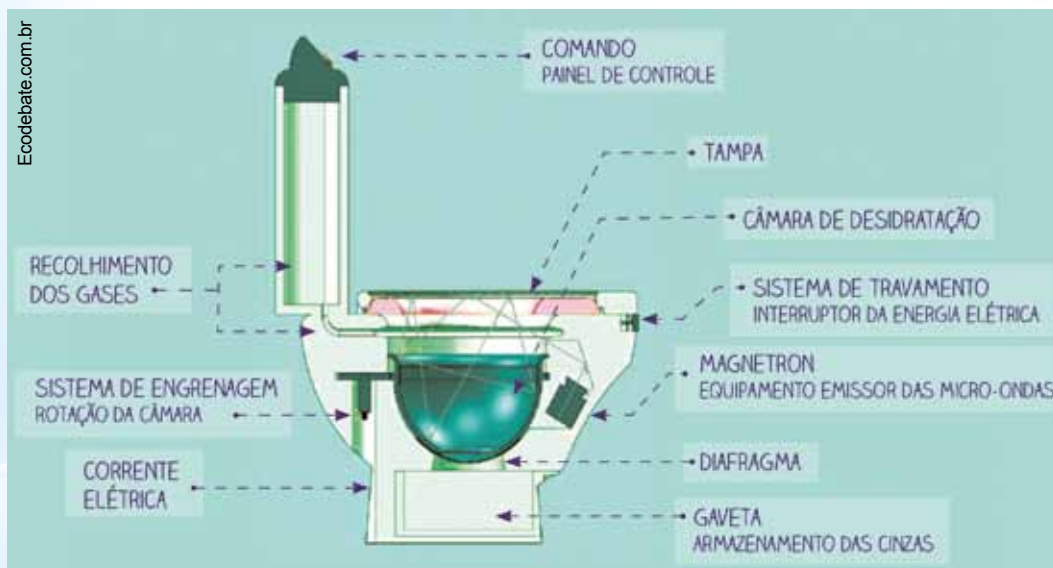
Curioso, mas não surpreendente, é o caso de D. João VI. Nos 13 anos que passou no Brasil, consta que teria tomado, uma única vez, alguns banhos, a conselho médico. Uma picada de carapato na perna havia inflamado, provocando febre e muita dor. Seu médico,

então, aconselhou imersão em água do mar na esperança de que o iodo ajudasse na cicatrização. Banho de mar não é algo que, atualmente, considera-se um hábito de higiene, mas é a única notícia de banho do rei.

Hoje, além de serem conhecidos por seus elevados padrões de higiene corporal, os brasileiros inovam em tecnologia sanitária. A arquiteta Marta Joffily de Alencar, por exemplo, está desenvolvendo um modelo de vaso sanitário que, em lugar de água, usa micro-ondas para transformar os dejetos em pó estéril.

O vaso é feito com material de superfície refratária. A cada uso, os dejetos caem em um recipiente. Basta fechar a tampa do vaso e acionar o micro-ondas. Por uma questão de segurança, o sistema elétrico só funciona quando o vaso estiver hermeticamente fechado. Só então, as micro-ondas atuam sobre os dejetos, que são desidratados e reduzidos a pó. No volume das fezes, 80% são água. Na urina, a água corresponde a quase 100%. Uma vez desidratados, o que resta é uma pequenina quantidade de resíduo em pó. Que nada mais é do que adubo natural.

Vaso sanitário desenvolvido no Brasil usa micro-ondas em vez de água



HIPERIDEIAS - A popularização da higiene



Arcos da Lapa, aqueduto construído para abastecer chafariz com as águas do rio Carioca. Tecnologia da Roma Antiga ressuscitada no Rio de Janeiro do Século XVII

Reformas urbanas levam saúde à população

O problema da higiene – ou da falta dela – não foi resolvido de uma vez. Antes, as soluções foram sendo agregadas aos hábitos individuais e às facilidades urbanas à medida em que as cidades inchavam e a Revolução Industrial trazia novos conhecimentos a todos os campos do saber: da química, que permitiu a descoberta de métodos mais baratos para a fabricação de sabão; à engenharia, que viabilizou grandes obras de saneamento e distribuição de água.

Napoleão Bonaparte (1769-1821), no início do Século XIX, ordenou que fossem construídos, em Paris, os primeiros 30 km de esgotos subterrâneos, dando, assim, o passo inicial para a criação de um sistema “moderno” de drenagem de dejetos e resíduos, uma vez que valas a céu aberto já eram comuns desde sempre. Mais tarde, no governo de Napoleão III (1808-1873), começaram as obras dos famosos esgotos de Paris. Eles são usados ainda hoje no saneamento da cidade e recebem milhares de visitantes todos os anos.

O verão de 1858 foi particularmente fétido para os moradores de Londres, que batizaram o período de *The Great Stink* (O Grande Fedor). O rio Tâmisa alcançou o máximo de sua capacidade de renovação de águas – resultado de séculos de ignorância científica, maus hábitos de higiene e de falta de atenção à limpeza urbana – e, simplesmente, morreu. Registros da época informam que o mau cheiro era tal que foram suspensas as sessões do Parlamento, cujo belíssimo prédio, então recém-inaugurado, margeia o principal rio da cidade.

Uma infundada crença que permeava a cultura popular desde a Idade Média, segundo a qual o fedor podia transmitir doenças acabou, nesse caso,

contribuindo para que o governo resolvesse logo o problema, seguindo o exemplo de Paris, e desse início ao ambicioso plano de esgotamento sanitário de Londres. O resultado foi um sistema tão moderno que, ainda hoje, quase 160 anos depois, continua em uso.

No Brasil, a história do saneamento básico não começa com esgotos, mas com a distribuição de água limpa: a primeiríssima iniciativa ocorreu em 1673, quando começaram as obras do que hoje é conhecido como Arcos da Lapa. O aqueduto, concluído em 1723, levava as águas do rio Carioca ao chafariz. No Brasil-Colônia, ações de saneamento eram individuais, resumindo-se à drenagem de terrenos e instalação de chafarizes próprios, quando o imóvel tinha acesso a fontes de água.

No final do Século XIX, já com os exemplos de Paris, Londres e outras capitais europeias em vista, o Brasil começou a organizar seu esgotamento sanitário com a entrega dos serviços a companhias estrangeiras, especialmente, inglesas. Nos anos 1930, porém, esses serviços foram estatizados sob a alegação de que as concessionárias prestavam um péssimo atendimento. Nos anos 1940, começaram a surgir órgãos, departamentos e autarquias encarregadas de gerir, prestar o serviço ou fiscalizar a atividade.

Foi nesse contexto de modernização que o Rio de Janeiro, então capital da recém-fundada República, passou pelo seu mais ambicioso programa de modernização: a Reforma de Pereira Passos, prefeito entre 1902 e 1906. À época, a cidade era alcunhada pelos marinheiros de “Porto Sujo” ou “Cidade da Morte”, devido à imundice de suas ruas. No plano municipal, a Re-

forma concentrou-se na demolição de amplas áreas do Centro da Cidade para a abertura de avenidas, como a Central (atual Rio Branco); a remoção de cortiços, focos de doenças em razão das péssimas condições de habitabilidade desses imóveis; e o embelezamento urbano, com a construção de prédios em estilos variados, a exemplo do neogótico e do neoclássico, entre outros. Ao todo, as obras derrubaram 641 imóveis e removeram 3.900 pessoas. Incluíram, ainda, o alargamento de ruas, a urbanização da orla da Baía da Guanabara e do bairro de Copacabana.

No plano federal, a principal iniciativa foi a vacinação obrigatória e em massa contra varíola, comandada pelo médico sanitário Oswaldo Cruz, então ministro da Saúde do governo Rodrigues Alves. A iniciativa, porém, não foi bem recebida. Resultado: entre 10 e 16 de novembro de 1904, forças policiais e o Exército uniram-se contra manifestantes que protestavam contra a derrubada de suas casas e a vacinação obrigatória. O episódio deixou 30 mortos e mais de cem feridos. Apesar da implantação autoritária, os registros dão conta que, em 1894, houve quase cinco mil mortes por febre amarela e, em 1908, após as reformas, aconteceram apenas quatro casos.

Por fim, a motivação para o Rio de Janeiro tomar o bonde da revolução da higiene foi a necessidade de ajustar a cidade, então colonial, à nova realidade de um mundo moderno, interligado por um comércio internacional que abastecia uma elite cosmopolita espelhada nas grandes capitais europeias e que, com elas, queria se igualar. Com o tempo, os resultados viriam e a então “Cidade da Morte” passou a ser conhecida como “Cidade Maravilhosa”.

MACHADO VIVE

Foto: Rogério Lyra



Títulos de obras de Machado de Assis nomeiam corredores

Os principais corredores do prédio da Imprensa Nacional foram batizados com títulos de obras de Machado de Assis, em reconhecimento ao fato de o escritor ser o patrono da Casa, como prevê o Decreto presidencial de 13 de janeiro de 1997. A homenagem começou pelo andar térreo, agora denominado *Corredor Memórias póstumas de Braz Cubas*, para lembrar que a então Typographia Nacional, hoje Imprensa Nacional, imprimiu a primeira edição desta obra em 1881. Há, ainda, os corredores *Dom Casmurro*, *Ressurreição*, *A mão e a luva* e *Memorial de Aires*.

IMPRENSAS OFICIAIS

Foto: Marcelo Maicilino



Dirigentes lançaram o portal normas.gov para concentrar os atos oficiais em um único endereço

A Associação Brasileira de Imprensas Oficiais (Abio) promoveu sua 65ª reunião em Brasília. A abertura aconteceu no Auditório D. João VI da Imprensa Nacional, com ampla cobertura da mídia. Os representantes das imprensas estaduais foram recepcionados por pronunciamentos dos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha; do Planejamento, Esteves Colnago; do Diretor-Geral da Imprensa Nacional, Pedro Bertone; e do presidente da Abio e Diretor-Geral da Imprensa Oficial da Bahia, Luiz Gonzaga Fraga. As discussões do encontro se concentraram no lançamento do portal Normas.gov, que permitirá a integração de atos publicados nos Diários Oficiais do País num sítio unificado em formato aberto e com controle de vigência de leis, decretos, portarias, instruções normativas e demais normas.

MÍDIA ESPONTÂNEA

Foto: Rogério Lyra



O portal classificou a IN como uma verdadeira instituição de Estado

Uma extensa matéria publicada no portal *Ementário de Gestão Pública* traz as impressões positivas do editor Bruno Affonso a respeito da Imprensa Nacional, resultado de dois dias de entrevistas com dirigentes da Casa. O texto analisa a fundo o papel da Assessoria de Controle Interno, a editoração e divulgação do *Diário Oficial da União*, o parque gráfico, o Museu da Imprensa e o compartilhamento do espaço físico do prédio com a AGU e o Arquivo Nacional. Pela conexão <http://ementario.info/2018/06/21/in-loco-imprensa-nacional/>, a matéria pode ser lida na íntegra. O portal divulga a atividade dos órgãos e das entidades que compõem o aparelho do Estado sob um enfoque menos formal, procurando captar boas práticas, aspectos culturais e proporcionar reflexões aos leitores a respeito do objeto de nossas atividades profissionais e acadêmicas: a administração pública!

CAIU NA REDE É OFICIAL

Crédito: Divulgação



Conteúdo do DOU também compartilhado nas redes sociais

Após se tornar exclusivamente digital em novembro do ano passado, o *Diário Oficial da União (DOU)* segue evoluindo nos mecanismos de busca no portal e novos formatos de leitura das publicações. A novidade agora é a funcionalidade de compartilhamento de conteúdo em redes sociais, como Facebook, Twitter, WhatsApp, LinkedIn e outras. Os atos disponibilizados no formato html apresentam os ícones correspondentes alinhados no rodapé da página, que permitem o acesso instantâneo à respectiva rede para o compartilhamento do link com seus contatos. "A funcionalidade facilita a difusão das informações oficiais entre os cidadãos, por meio das mídias mais populares da atualidade, o que democratiza o acesso aos atos publicados no DOU", afirma o Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação, Alexandre Machado.

Fotos: Lisandra Nascimento

AGENDA AMBIENTAL 1

Com apoio da Imprensa Nacional, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) promoveu, no Auditório D. João VI, o seu 10º Fórum da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), juntamente com o 7º Prêmio A3P “Melhores práticas de sustentabilidade”, eventos prestigiados pelo Ministro do MMA, Edson Duarte. Sob o tema “Água: nem sempre é muita, nem sempre se renova”, especialistas discutiram a água em dois aspectos: primeiro, a água no seu nascedouro, as fontes de água, a produção de água, água na natureza e no meio ambiente; segundo, o uso da água, em especial no prédio público. A IN participou, também, com a exposição fotográfica “Fauna da Imprensa Nacional”, organizada pela Comissão Permanente de Implantação da Agenda A3P a partir de fotos de servidor da Assessoria de Comunicação, Rogério Lyra. Na saída do evento, o ministro Edson Duarte plantou uma muda de ipê ao lado do Museu da Imprensa, acompanhado pelo presidente da Agenda A3P na IN, Pedro Prado. No museu, manuseou o Prelo Machado de Assis e o Monotipo Joana França Stockmeyer.



A área verde da Imprensa Nacional ganhou nova muda de ipê



Pedro Bertone planta uma muda de pau-brasil, reconhecida como árvore símbolo do Brasil

AGENDA AMBIENTAL 2

A Comissão Permanente Gestora de Implantação da A3P, na Imprensa Nacional, começou a identificar as 490 árvores de 70 espécies diferentes plantadas na área verde da Casa. Coube ao diretor-geral, Pedro Bertone, o plantio e a identificação da primeira árvore, uma muda de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), reconhecida como árvore-símbolo do Brasil em 1961, por decreto do então presidente Jânio Quadros. A exemplo do pau-brasil, cada árvore terá um placa com a indicação dos nomes popular e científico, o país de origem e um resumo da sua história, de modo a difundir o conhecimento e estimular a preservação. As placas foram confeccionadas com o reaproveitamento de esquadrias e chapas de alumínio, utilizadas na gráfica. Vale conferir as informações do pau-brasil, buriti, ipês, mangueiras, cedro, cambuí, jatobá, abacateiro, palmeira-imperial, pequiizeiro, xixi-de-macaco, embaúba, pau-de-óleo, pajeú, jequitibá-rosa, coqueiro macaúba, jacarandá-da-bahia, tamarindeiro, abacateiro, ingazeiro, sapucaia, cedro, ameixeira, figueira, monguba, pau-ferro, pau-pereira, seringueira, angico, amoreira, jabuticabeira, goiabeira-roxa, graviola, abio, acerola, amoreira, mogno, tamboril, entre outras.

CLEPSIDRA

MUSEU DA IMPRENSA

UM PASSEIO PELA HISTÓRIA DO BRASIL

Pedro Paulo Tavares de Oliveira



Nesse prelo, Machado de Assis trabalhou como aprendiz de tipógrafo, aos 17 anos



Prelo Conde da Barca, única réplica dos dois prelos trazidos, em 1808, pela Família Real Portuguesa, e que deram origem à Imprensa Régia, atual IN

Fotos: Ascom/IN

Embora concebido a partir de maquinário desativado do próprio parque gráfico da Imprensa Nacional (IN), o Museu da Imprensa já nasceu com a meta de extrapolar os muros da instituição. A caminho dos 37 anos de funcionamento, comemora um feito ambicionado por espaços congêneres — a ideia de pertencimento abraçada pela sociedade — potencializado em iniciativas culturais a exemplo do Concurso Nacional Museu da Imprensa e da recentíssima Associação dos Amigos do Complexo Cultural da IN



Foto: Museu da Imprensa

São fartas as evidências da aproximação do Museu da Imprensa com diversos segmentos da sociedade. Estudantes, historiadores, turistas, professores, escritores e jornalistas são atraídos, frequentemente, às visitas guiadas a essa reserva de cultura administrada pela Imprensa Nacional, também aberta ao público por meio da internet, no portal www.in.gov.br. Igualmente representativas são as procedências nacionais e internacionais do público visitante, instigado não só pela riqueza do acervo, mas também por iniciativas culturais, caso do Concurso Nacional Museu da Imprensa, rumo à sua vigésima edição, no próximo ano, e da recém-criada Associação dos Amigos do Complexo Cultural da IN. (Box, págs. 17 e 18).

Ao decidir pela criação do Museu em 13 de maio de 1982, a então Diretora-Geral da IN, Dinorá Moraes Ferreira, martelava em sua equipe de auxiliares a ideia de transportar a atuação do Museu para além dos limites da Casa, de modo a firmá-lo não como um museu exclusivo da IN, mas, sim, da imprensa brasileira. Entre os servidores que absorveram a ordem, a museóloga Ana Maria Barbuda (*in memoriam*) e o arquiteto José Luís Gonçalves deixaram suas marcas. Aquela, na organização do acervo. Este, como responsável pelo projeto do Museu, reproduziu no teto uma máquina de pautar, de maneira a levar o visitante a se imaginar dentro da peça. Um exemplar do equipamento recolhido ao Museu permite a fiel comparação.

Pegue-se o exemplo do Prelo Machado de Assis, assim batizado por ter sido nele que o Bruxo do Cosme Velho iniciou sua experiência profissional como aprendiz de tipógrafo, entre

1856 e 1858, aos 17 anos. O feito sensibilizaria o governo a conceder-lhe o título de Patrono da Imprensa Nacional, por decreto presidencial de 13 de janeiro de 1997. Àquela época, a IN chamava-se Typographia Nacional e estava sob a direção do também escritor Manuel Antonio de Almeida, autor do clássico *Memórias de um sargento de milícias*. A mesma Typographia que, anos adiante, imprimiria a primeira edição do livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em 1881, um dos ícones da obra machadiana.



Foto: Museu da Imprensa

A diretora-geral da época, Dinorá Moraes Ferreira, o arcebispo de Brasília, D. Geraldo Ávila, e o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, inauguram o Museu da Imprensa em 1982

O prelo, por si só uma referência da indústria gráfica mundial, conduziria mais o Museu do que o Museu a ele. Da mesma forma que Machado de Assis faria com a nossa literatura, e ainda faz. Essa rudimentar impressora tipográfica manual, de origem inglesa, funcionou de 1833 a 1940, ano de sua desativação. Na parte superior, ostenta uma águia dourada com asas abertas. Como se impulsionado pela águia, o prelo alçou voos como o escritor que

lhe dá nome. Literalmente rompeu os limites do prédio para atrair a atenção do público no estande da IN, numa das edições da Feira do Livro de Brasília.

Em paralelo, Machado de Assis vira tema da categoria de redação da segunda edição do Concurso do Museu e tende a tornar-se tema único em 2019, conforme recentes conversas entre a IN e a Academia Brasileira de Letras, instituição fundada por ele e da qual também é patrono. Os organizadores da exposição *200 anos da indústria brasileira* queriam expor o prelo, mas, então, o museu já exigia a necessidade de seguro para movimentar peças do acervo. Nesse caso, a Sul-América, única seguradora a cotar, estipulou a apólice em cerca de um milhão de reais. Valor elevado? Nem tanto, se comparado ao valor histórico dessa raridade, praticamente impossível de mensurar.

A exposição do prelo fora da IN abriu caminho para outras peças do acervo seguirem o exemplo. As impressoras manuais tipográficas marca Minerva encantaram o público noutra edição da Feira do Livro de Brasília. Uma delas, chamada Tip-Top, prende a atenção por imprimir o diploma Amigo da Imprensa Nacional em menos de um minuto, um mimo entregue aos visitantes. O Prelo Conde da Barca igualmente esteve naquela feira e, ainda, na solenidade de premiação do 14º Prêmio de Excelência Gráfica Jorge Salim em 2013, promovido pelo Sindicato da Indústria Gráfica do Distrito Federal, que já havia sediado aqui a edição anterior do evento.

Trata-se da única réplica dos dois prelos trazidos, em 1808, pela Família Real Portuguesa, e que deram origem à Impressão Régia, atual IN. Os prelos

CLEPSIDRA - Museu da Imprensa

originais foram consumidos pelo incêndio que destruiu a sede da Imprensa Nacional em 15 de setembro de 1911, ainda no Rio de Janeiro. Exposto pela primeira vez nas comemorações do bicentenário da IN, em 2008, sua construção se deu a partir de imagens e de um croqui cedidos pelo Museu Nacional da Imprensa da Cidade do Porto, Portugal. Conde da Barca era o título de Antonio de Araújo e Azevedo, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, a quem a Imprensa Régia subordinava-se.

Outra peça a circular extramuros, o Monotipo Joana França Stockmeyer ornamentou o plenário da Câmara dos Deputados, no rol das homenagens ao bicentenário da IN. A máquina é um teclado que produzia uma fita de papel perfurada para ser inserida em uma fundidora, que, por sua vez, fundia cada tipo na ordem correta. Nele, Joana França trabalhou na condição de primeira mulher admitida no serviço público brasileiro. Em 1892, ela ingressou nos quadros da IN como monotipista, até a aposentadoria em 1944. Decreto presidencial de 5 de março de 2008 conferiu a ela o título, *in memoriam*, de Patrona da Servidora Pública Brasileira.

Para encerrar esse capítulo das incursões externas, o responsável pelo Museu, Rubens Cavalcante Junior, é frequentemente convidado a representar a IN para falar do nascedouro da imprensa brasileira e da indústria gráfica, ancorado em trinta anos de experiência como historiador dedicado a essa significativa fatia da história do País.



Foto: Museu da Imprensa

Rubens (direita) e o príncipe D. João Henrique de Orleans e Bragança em 2007, durante o seminário 1808 — A Corte Portuguesa e as origens do Estado nacional

Chamado pela Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília, ele compôs a mesa de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso — *Antigas livrarias da Bahia: as primeiras bibliotecas do Brasil* —, apresentado pelo formando Gabriel Cardoso do Amaral, aprovado com nota máxima em 2017.

O convite veio em razão de o trabalho mencionar as doações do período de D. João VI, que cedeu livros em duplicada para a biblioteca dos jesuítas, em 1818, boa parte deles produzida na Imprensa Régia. Em nova experiência, digamos imperial, Rubens dividiu a mesa com ninguém menos que o príncipe D. João Henrique de Orleans e Bragança durante o seminário 1808 — A Corte Portuguesa e as origens do Estado nacional, promovido pela Escola de Governo do Distrito Federal.

No seminário internacional *Design, Tradição e Sociedade*, promovido em 2016 pela gaúcha Universidade Federal de Pelotas, Rubens participou como conferencista daquele evento que identifica, classifica e analisa os principais acervos e fundos de artes gráficas existentes na América Latina. O historiador da IN abordou o tema *Museu da Imprensa, preservando a memória da imprensa brasileira*.

Noutro evento internacional, Rubens, novamente, representou a IN ao lado de pesquisadores de comunicação pública do Brasil, Cabo Verde, Portugal e Moçambique em torno do tema *Luso comum uma referência à lusofonia*, o conjunto de identidades culturais dos países de língua portuguesa. As palestras do Lusocomum foram reunidas em livro homônimo e dele consta a conferência de Rubens — *200 anos de Imprensa Nacional, 200 anos de comunicação no Brasil*.

Entre uma conferência e outra, Rubens, literalmente, transporta o Museu nas costas quando municia alunos e professores pelo projeto *O museu vai à escola*, estruturado em projeções de peças do acervo minuciosamente detalhadas em suas funções e implicações históricas, literárias e administrativas, bem como na divulgação do concurso promovido pelo espaço.

Museu mundo afora

Concluído o relato das aventuras externas do museu, é necessário discorrer, também, acerca do caminho de volta, ou seja, do interesse despertado na sociedade e, a partir desse ponto, dos múltiplos eventos e visitas atraídos pela riqueza do acervo. Nessa via de mão dupla, a revista *Imprensa* condecorou os vencedores do Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo em 1997 e 2000, no Auditório D. João VI, contíguo ao museu. O veículo, dedicado ao jornalismo e à comunicação, voltaria a sediar aqui duas edições do seu prestigiado seminário *Liberdade de Imprensa e Democracia*. A parceria rendeu dois anúncios de página inteira do XVI e do XVII Concurso do Museu na publicação paulista, em suas edições de outubro de 2013 e novembro de 2014.



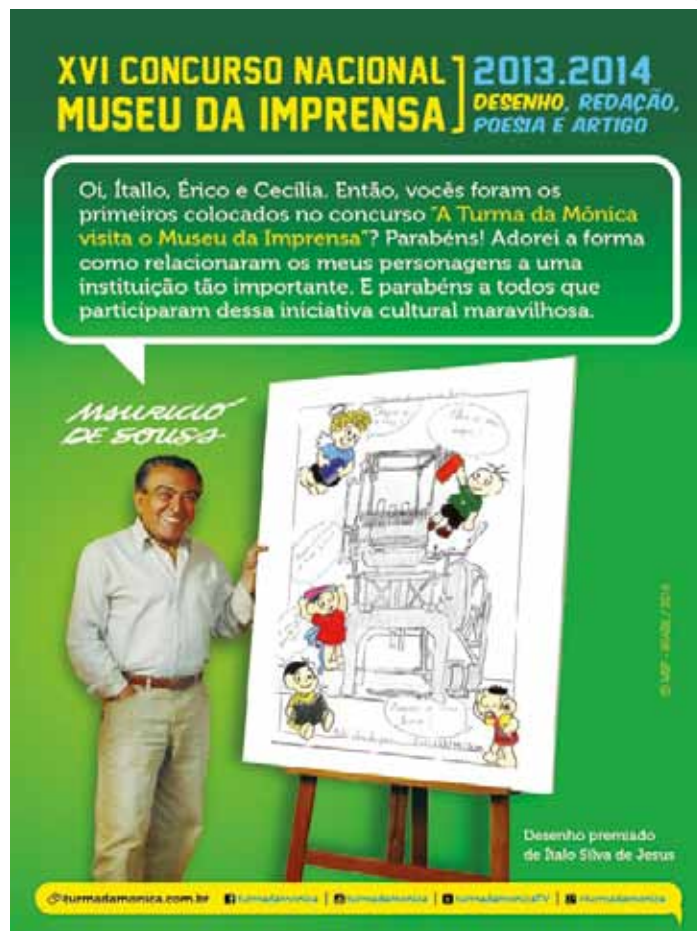
Monotipo Joana França Stockmeyer exposto na Câmara dos Deputados, pelas homenagens ao bicentenário da IN

Ainda a respeito de anúncios, as revistas *Mônica* e *Cebolinha*, publicações da Maurício de Sousa Produções, reservaram a terceira capa da edição de julho de 2014 para uma mensagem de parabéns do próprio Maurício aos vencedores da categoria de Desenho do XVI Concurso do Museu, com o tema *A Turma da Mônica visita o Museu da Imprensa*. Sobre um fundo verde, a peça reproduz o desenho classificado em primeiro lugar, elaborado pelo estudante Ítallo Silva de Jesus, do Centro de Ensino Fundamental 32 de Ceilândia (DF), com o cartunista ao lado do desenho. No balão de fala, Maurício estende os parabéns aos alunos classificados em segundo e terceiro lugares. As revistas circulam no Brasil e em Portugal, com uma tiragem estimada em cinco milhões de exemplares.

Do total aproximado de 3.200 museus brasileiros, o Museu da Imprensa figura entre os 52 selecionados para a série televisiva *Conhecendo Museus*, uma coprodução da Empresa Brasil de Comunicação, Fundação José de Paiva Netto, Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e TV Escola/Ministério da Educação. A produção inicial, de 2012, selecionou apenas três dos cerca de 80 espaços culturais de Brasília: o Museu da Imprensa, o do Banco Central e o Museu Vivo da Memória Candanga. Toda a programação está disponível no sítio www.conhecendomuseus.com.br.

Em 2009, a riqueza do acervo do Museu aumentou com a incorporação de uma cópia do original do decreto de criação da IN, assinado por D. João VI em 13 de maio de 1808. A gentileza partiu da famosa biblioteca de José Mindlin — o maior bibliófilo do Brasil e um dos maiores do mundo —, falecido em 2010. O documento original consta da coleção de 45 mil títulos e 100 mil volumes da Biblioteca, denominada coleção Brasileira, doada em 2005 à Universidade de São Paulo. Em retribuição, ainda em 2009, a IN encaminhou uma cópia fac-similar da sua “certidão de nascimento” ao bibliófilo e ampliou o documento em uma placa de aço, hoje exposta na Galeria de Documentos Históricos, no saguão do prédio.

Para quem almejava tornar-se referência quando o assunto fosse os primórdios da imprensa brasileira, e tendo



Maurício de Sousa Produções

Maurício de Sousa incentivou os vencedores da categoria Desenho do XVI Concurso do Museu, de 2013/2014

CONCURSO NACIONAL MUSEU DA IMPRENSA

Estão abertas as inscrições para o 19º Concurso Nacional Museu da Imprensa, dirigido a estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior de escolas públicas e particulares do País. O certame distribuirá uma premiação de R\$ 30 mil em cadernetas de poupança patrocinadas pela Caixa Econômica Federal. Os temas

abordados nesta edição são os seguintes:

Chacrinha visita o Museu da Imprensa (Categoria Desenho, ensino fundamental, 1º ao 5º ano); *95 anos da Semana de Arte Moderna* (Categoria Redação, ensino fundamental, 6º ao 9º ano); *60 anos do projeto do Plano Piloto de Brasília* (Categoria Redação, ensino médio); e *Centenário de morte do médico sanitarista Oswaldo Cruz* (Artigo, ensino superior).



CLEPSIDRA - Museu da Imprensa

conseguido, o Museu da Imprensa rompeu as fronteiras nacionais com essa mesma função. Estabeleceu conexões com o Newseum, o Museu da Notícia, de Washington, nos Estados Unidos (EUA), de modo a emplacar uma cópia do número inaugural da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal editado e impresso no Brasil, na coleção dos primeiros periódicos internacionais daquele importante espaço cultural americano.

No caminho de volta, ainda no continente americano — por indicação da Secretaria de Turismo do Distrito Federal — em 2008 o Museu recebeu, com seu prospecto em inglês, uma comitiva de oito repórteres americanos de



Foto: Museu da Imprensa

Embaixador dos EUA, Melvyn Levitsky (centro), entre o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Milton Seligman (esquerda) e o diretor-Geral da IN, Antônio Eustáquio, recebe a *Gazeta do Rio de Janeiro* para o Newseum, de Washington, em 1996

veículos com foco na América Latina. Os jornalistas são da *Rádio Caracol*, do jornal digital *El Nuevo Herald*, das publicações *Univision Media*, *La Estrella* e *Semana News*, todos sediados em Miami; revistas *Nexos* — publicação de bordo da empresa aérea American Airlines, de Dallas, Texas, e *Autos Channel*,

do portal Terra.com, da Terra Networks USA, sediada na Flórida.

Noutro caminho de volta, agora do continente europeu, em 2016 o Museu expôs a mostra internacional *Liberdade com humor, sempre!*, em parceria com o Museu Nacional de Imprensa, da Cidade do Porto, em Portugal. A mostra, composta de 16 cartazes e um painel com texto de apresentação, começou simultaneamente em Porto e Lisboa. A exposição é uma homenagem a Georges Wolinski, humorista vítima do atentado ao jornal francês *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015. “A mostra tem ramificações em diferentes locais, como Museu de Imprensa-Madeira, na Bélgica, Canadá, França e Colômbia”, explicou Luis Humberto Marcos, diretor do Museu Nacional português.

O viés da matéria é o pertencimento nacional, mas fomos lá do outro lado do mundo para confirmar que o conhecimento ignora fronteiras. Enquanto aguarda a concretização de projetos de ampliação, o Museu da Imprensa permanece em larga escala de visitas. Da inauguração até agora, contabiliza 207.500 visitantes. Ora surpreende os nativos, ora os estrangeiros. Em ambos os casos, sempre com a mensagem de manter-se vivo para não deixar morrer tantas informações reunidas em torno de 500 peças bem preservadas em um espaço de 600 metros quadrados.

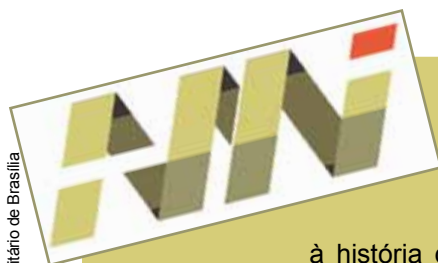
Dia da Imprensa — A amplitude de atuação do jornalista Hipólito José da Costa, patrono da imprensa brasileira, representa bem o dinamismo do Museu da Imprensa na interface do poder público com a sociedade. Os restos mortais do jornalista repousam em uma

herma construída nos jardins da IN desde 2001, quando foram transportados do cemitério de St. Mary the Virgin, em Hurley, na Inglaterra, por iniciativa do *Correio Braziliense*. Na ocasião, compareceram o vice-presidente da República, Marco Maciel, o embaixador do Reino Unido no Brasil, Roger Bone, o embaixador do Brasil em Londres, Sérgio Amaral, e o diretor-geral da IN à época, Carlos Alberto Guimarães, além de servidores e convidados.

Até 1999 se comemorava em 10 de setembro o Dia da Imprensa no Brasil, em homenagem à data de lançamento do primeiro jornal editado e impresso no País, *Gazeta do Rio de Janeiro*, proeza de 10 de setembro de 1808 da então Imprensa Régia. A partir de 2000, a comemoração mudou para 1º de junho, alusão ao dia de lançamento do *Correio Braziliense*, também em 1808, a partir de Londres, justamente por obra de Hipólito José da Costa.



O então Vice-Presidente da República, Marco Maciel (centro), na inauguração da Herma de Hipólito José da Costa



Crédito: Centro Universitário de Brasília

Amigos do Museu da Imprensa

Recém-fundada, a Associação dos Amigos do Complexo Cultural da Imprensa Nacional (AMI) está em plena campanha para angariar sócios. A meta é a promoção de estudos relativos à história da imprensa, inclusive a imprensa oficial, da indústria gráfica brasileira e da Imprensa Nacional. A filiação à AMI é livre, com ficha de inscrição disponível no Museu da Imprensa. Pessoas físicas pagam anuidade de R\$ 100,00 e jurídicas de R\$ 200,00. “Para a entidade cumprir com seus objetivos precisa da colaboração de todos que se dispuseram a criá-la”, convida o presidente da entidade, jornalista Trajano Jardim, que tem como vice o coordenador do Curso de Comunicação Social, do UniCeub, professor Henrique Moreira. Além do Museu da Imprensa, o Complexo Cultural, também, engloba a Biblioteca Machado de Assis e o Auditório D. João VI.



Cade:

a livre concorrência como preceito constitucional

Ezequiel Boaventura e Marcelo Maiolino

A liberdade econômica é de essencial importância para o progresso de uma sociedade. Ao garanti-la, a coletividade promove as potencialidades dos diversos agentes econômicos, de modo que possam competir pela mais eficiente utilização dos recursos disponíveis. A prática, de maneira geral, tende a aumentar o bem-estar de todos os cidadãos. No entanto, a liberdade econômica não é absoluta e necessita ser protegida contra cartéis, oligopólios, trustes e outras formas de organização empresarial que vislumbram, nas imperfeições do mercado, brechas por intermédio das quais podem se beneficiar em detrimento do cidadão-consumidor.

Preceito constitucional, no Brasil a Constituição Federal de 1988 instituiu a livre concorrência como um dos princípios basilares da ordem econômica em seu art. 170, IV, e, claramente, determinou no art. 173, § 4º, que “a lei reprimirá o abuso de poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”. Por volta da década de 1990, o termo economia de mercado começou a ganhar força no País. A ideia, em contraposição a uma economia dirigida, está diretamente ligada à proteção da livre concorrência, que, por sua vez, para o seu pleno exercício, não deve permitir qualquer espécie de limitação ou constrangimento à competição por parte dos agentes econômicos. A Constituição brasileira coíbe a prática de abusos do poder econômico.

Para cumprir o papel de guardião da concorrência, foi criado, em 1962, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que, hoje, conforme informou a Assessoria de Imprensa do órgão, é uma autarquia em regime especial com jurisdição em todo o território nacional. Naquela época, competia ao Cade a fiscalização da gestão econômica e do regime de contabilidade das empresas. Somente em junho de 1994, o órgão foi transformado em autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, pela Lei nº 8.884.

De acordo com a Assessoria, essa lei definia as atribuições da Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda, além do Cade. Esses três órgãos formavam o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e eram encarregados da política de defesa da livre concorrência no Brasil. Nessa estrutura, o Cade era responsável por julgar os processos administrativos relativos a condutas anticompetitivas e apreciar os atos de concentração (fusão, aquisição etc.) submetidos à sua aprovação. Os processos eram instruídos pela SDE e pela

Seae, que emitiam pareceres técnicos não vinculativos, julgados, posteriormente, pelo Cade.

Em maio de 2012, com a entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, o SBDC foi reestruturado e o Cade passou a ser responsável por instruir e julgar os processos administrativos de apuração de infrações à ordem econômica, assim como analisar os processos referentes a atos de concentração. O Cade tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir, em última instância, a respeito da matéria concorrencial, mas, também, por fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência.

A mudança mais importante ocorrida no Cade, após a entrada em vigor da Lei nº 12.529, de 2011, de acordo com o órgão, consistiu na exigência de submissão prévia de fusões e aquisições de empresas que possam ter efeitos anticompetitivos. Pela legislação anterior, essas operações podiam ser comunicadas ao Cade depois de serem consumadas, o que fazia do Brasil um dos únicos países do mundo a adotar um controle de estruturas *a posteriori*. A análise prévia trouxe mais segurança jurídica às empresas e maior agilidade à análise dos atos de concentração, sendo que o Cade passou a ter prazo máximo de 240 dias para analisar as fusões, prorrogáveis por mais 90 dias em caso de operações complexas.

No entanto, segundo o órgão, o tempo médio de análise de um ato de concentração na autarquia é de cerca de 30 dias. Como a reestruturação do Cade pela nova lei tornou a análise de atos de concentração mais eficiente, o órgão pode se dedicar, cada vez mais, ao combate a cartéis – uma prioridade da política antitruste. Desde 2012, o órgão já condenou 67 processos desse tipo, aplicando multas que somam mais de R\$ 4,8 bilhões.

A nova lei, também, alterou o valor mínimo das multas a serem aplicadas às empresas nos casos de

condutas anticompetitivas. Desde 29 de maio de 2012, as multas aplicáveis por infração à ordem econômica variam entre 0,1% e 20% do faturamento da empresa no ramo de atividade em que ocorreu a infração. A nova sistemática aumentou a capacidade do Conselho de estabelecer, a partir de critérios claros, penalidades adequadas e proporcionais para a efetivação da política de combate a condutas anticompetitivas.

Ao responder a respeito do processo de fusões e aquisições de empresas, assunto de extrema complexidade, por envolver aplicação de normas, análise de abertura de mercado, concorrência desleal, monopólio, geração de empregos, a Assessoria ressaltou que o papel do Cade e a maneira de atuar do órgão compreendem as análises do Conselho, às quais são baseadas em critérios legais previstos na Lei nº 12.529, no regimento da autarquia, no Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal (Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50, de 1º de agosto de 2001), na Resolução nº 2, do Cade, e na própria jurisprudência do órgão.

Ao analisar um ato de concentração, em qualquer setor da economia, são observadas, por exemplo, a participação de mercado das empresas envolvidas na operação; se há existência ou não de rivalidade por parte dos concorrentes; além de outros aspectos relacionados ao setor em análise. O Cade zela pela preservação da concorrência, objetivando, entre outros quesitos, diversidade e qualidade de produtos e serviços prestados ao consumidor. Após a conclusão da análise do ato de concentração, o Cade decide pela aprovação, com restrições (quando há imposição ou negociação de medidas) ou sem restrições, ou pela reprovação da operação.

Para tentar compreender os números relacionados a aquisições, fusões, vendas de empresas, e se a livre concorrência do capital se faz presente no Brasil, ou se existem algumas exceções, citamos o caso do mercado de cervejas, em que uma

Algumas decisões do Cade questionadas na Justiça



O Cade analisa fusões em até 240 dias, prorrogáveis por mais 90 em caso de operações complexas. Mas seus conselheiros costumam avaliar um ato de concentração em cerca de 30 dias

empresa detém 67% no País, o que caracteriza um *quasi-monopólio*.

A Assessoria de Imprensa do órgão respondeu que as análises do Cade sobre o ambiente concorrencial são realizadas nos casos concretos e as manifestações do órgão são proferidas por meio de estudos, pareceres, notas técnicas e decisões no âmbito de processos em tramitação na autarquia. E que a competência do Cade é zelar pela manutenção de um ambiente competitivo saudável no Brasil, prevenindo ou reprimindo atos, ainda que, potencialmente, contrários à ordem econômica. Com relação ao questionamento a respeito do monopólio, esclareceu “que se trata de situação em que há apenas um fornecedor de determinado bem ou serviço no mercado.”

Segundo o Cade, uma empresa possuir elevada participação de mercado, por si só, não significa prejuízos à livre concorrência. Em

determinados setores da economia, existe maior concentração. “Cabe destacar,” ressaltou a Assessoria, “contudo, que a dinâmica concorrencial em um determinado mercado não é medida apenas pelo nível de concentração, mas, também, por exemplo, pela evolução dessa estrutura de mercado, pela existência de pressões competitivas de outros agentes, pela importação, pelas inovações tecnológicas advindas de novos entrantes que ainda estão em processo de crescimento, pelo surgimento de novos produtos dentro de um mercado específico”.

Ressalte-se que as funções do Cade não se misturam com regulação de preços ou análise de aspectos criminais da atuação empresarial; da mesma forma, não se confundem com a ação de defesa do consumidor, a cargo de instâncias como o Instituto de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacio-

nal do Consumidor etc. Todavia, em razão de seu papel, a defesa da concorrência dialoga com diversos campos de atuação governamental e com outras políticas públicas, de modo que, indiretamente, a autarquia contribui para um ambiente empresarial saudável, o que inclui preços livres, porém contidos pela lei da oferta e da procura e respeito ao consumidor.

Até o fim dos anos 1970, havia possibilidade de recurso à Justiça comum, o que, eventualmente, acabava resultando na anulação da decisão do Cade, com prejuízos à livre concorrência e à economia nacional. Assim aconteceu, em 1974, com a condenação da empresa de Refrigerantes Sul-rio-grandense S.A. Indústria e Comércio, por abuso de poder econômico. A empresa gaúcha, que era subsidiária da Pepsi, foi acusada por concorrentes fabricantes da Coca-Cola – Vonto-

bel e Pampa Refrigerantes – de desviar e destruir intencionalmente garrafas de Coca-Cola, Fanta e Minuano, algumas das marcas de bebidas comercializadas pelas competidoras da condenada. Além disso, a subsidiária da Pepsi foi denunciada por manter contratos de exclusividade com pontos de vendas no mercado gaúcho. O caso ficou conhecido como *Guerra das Garrafas*.

Outro caso de repercussão nacional, também revertido pelos tribunais, foi o dos pneumáticos, julgado pelo Cade em 1976. Grandes indústrias fabricantes de pneus – Indústria de Pneumáticos Firestone S.A., Pirelli S.A., Cia. Industrial Brasileira e Cia. Goodyear do Brasil – foram acusadas de adquirir o controle de outras empresas fabricantes do produto para dominar o mercado nacional e, ainda, passar a atuar diretamente como um cartel na comercialização de pneus por meio da imposição de contratos de exclusividade e divisão de clientes. O plenário do Cade considerou a conduta desleal e anticompetitiva, condenando as empresas ao pagamento de multas. A decisão do Conselho, entretanto, foi anulada pela Justiça Federal no ano seguinte.

Cases famosos envolvendo decisões do Cade

Brasilit/Eternit



Em fins de 1994, o Cade vetou completamente a criação da empresa Eterbrás Sul Ltda., que surgiria com a fusão da Brasilit com a Eternit. Para a autarquia, a união das empresas afetaria todo o território nacional, restringindo a oferta de matérias-primas, a exemplo do amianto, para os demais concorrentes em um mercado já bastante concentrado. As duas empresas controlavam a exploração dos produtos de fibrocimento, um material de construção feito de pasta de cimento reforçada por fibras. A concentração que surgiria nesse mercado, caso a operação se realizasse, seria superior a 50%, segundo os pareceres técnicos da SDE, Seae e da procuradoria do Cade. Em consequência, o ato de concentração não foi autorizado.

Antarctica/Brahma



Um dos episódios mais emblemáticos nos quais atuou o Cade foi a criação da American Beverage Company (Ambev). A empresa resultou da fusão entre a Companhia Antarctica Paulista e a Cervejaria Brahma, em julho de 1999. À opinião pública, o negócio foi apresentado como uma fusão entre iguais destinada a aumentar a competitividade e crescer para internacionalizar-se. A aprovação levou 273 dias e ocorreu, finalmente, em março de 2001. Antes da união das empresas, a Brahma já havia adquirido a Skol, dominando, assim, 90% do mercado nacional.

Agora, Antarctica e Brahma concentrariam, juntas, 90% do mercado brasileiro de cervejas. Os órgãos encarregados de estudar o caso eram todos contrários à operação. Foi sugerido, então, que a Brahma vendesse a Skol para viabilizar o empreendimento e que a nova companhia se desfizesse de uma das três marcas que deteria. No fim, o colegiado do Cade aprovou o negócio, mas exigiu, ainda, que fossem vendidas cinco fábricas para que a empresa compradora da marca que fosse posta à venda tivesse condições logísticas de continuar no mercado em condições de competir. Por fim, a marca Bavária foi vendida para a canadense Molson.

Nestlé/Chocolates Garoto



A compra da Chocolates Garoto pela multinacional Nestlé (maior empresa de alimentos do mundo), anunciada em 2002, acabou inviabilizada pelo plenário do Cade dois anos depois. O Cade entendeu que o negócio seria altamente lesivo à concorrência no setor, pois resultaria em uma concentração de 58% do mercado de chocolates nas mãos da multinacional suíça. Para tentar garantir o negócio, antes do julgamento, a Nestlé se comprometera a funcionar de maneira independente das estruturas da Garoto e a não tomar decisões que poderiam ser irreversíveis. Mesmo assim, o negócio foi vetado, o que levou a Nestlé a recorrer à Justiça. O caso se arrasta até hoje. No ano passado, o Cade exigiu que a Nestlé vendesse um pacote de marcas já consagradas no mercado (*Serenata de Amor*, *Chokito*, *Lollo* e *Sensação*), de modo a pulverizar a concentração do mercado, que já é alta.

Oi/BrT

Em maio de 2008, foi notificada a compra da empresa de telefonia Brasil Telecom pelo Grupo Oi. Em dezembro daquele ano, o Cade exigiu a independência das políticas comerciais e de *marketing*, das diretorias e da contabilidade, particularmente na área de provedores de acesso à internet. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por sua vez, impôs condições para aceitar a fusão do negócio. No fim de 2010, o plenário do Cade, por unanimidade, aprovou a compra mediante a assinatura de um Termo de Compromisso de Desempenho (TCD), que determinou o estabelecimento de um sistema transparente de venda no atacado pela Oi/BrT. Como as duas empresas atuavam em boa parte do território nacional nos serviços de telefonia, inclusive, elas vendiam, em algumas áreas, acesso a suas infraestruturas para as concorrentes. A ideia do Cade era permitir que as companhias soubessem do prazo, setor em que o pedido se encontrava e se justificava, caso houvesse recusa ou impossibilidade técnica ou legal de atender ao pedido. O Termo acordado previu multas às empresas em caso de descumprimento, inclusive por atrasos na entrega dos relatórios e na prestação de informações erradas.



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O FUTURO É NANO

Rogério Lyra e Lisandra Nascimento

Nano, que significa anão em grego, foi o termo escolhido para designar a escala de tamanho de diminutos blocos de partículas. A aplicação desse conhecimento, a nanotecnologia, está revolucionando todos os campos do conhecimento humano

Um futuro de grandes realizações nas áreas de Tecnologia da Informação (TI), na medicina, na indústria e na agricultura é anunciado pela mídia. Um mundo melhor, em que doenças incuráveis sejam, enfim, debeladas por poderosos medicamentos, que ataquem a raiz do problema e evitem os efeitos colaterais dos tratamentos convencionais. Supercomputadores, a inteligência artificial em níveis só imaginados nos filmes de ficção científica e a produção de alimentos mais saudáveis são algumas das maravilhas que nos aguardam. O que pouca gente sabe, no entanto, é que para conseguir esses alardeados benefícios, pesquisadores trabalham com moléculas numa escala diminuta — um nanômetro é equivalente à bilionésima parte de um metro ($1 \times 10^{-9}\text{m}$). A Nanotecnologia, ciência que manipula essas diminutas partículas, já é aplicada, de inúmeras formas, em produtos disponíveis no mercado, sem nem mesmo sabermos disso.

Você já deve ter se perguntado como é possível as camisas dos jogadores de futebol, vôlei ou basquete, se mantêm secas durante toda uma partida, enquanto a sua de puro algodão não resiste ao trajeto de sua casa ao trabalho, sem que apresente marcas de suor nos dias mais quentes de verão. E o estofamento de seu carro, o qual você pagou caro pela aplicação de um impermeabilizador para salvá-lo dos refrigerantes, sucos e sorvetes derramados acidentalmente.

Esses são exemplos fáceis de identificar, em nosso dia a dia, a aplicação pela indústria da nanotecnologia nos produtos que adquirimos no mercado. Nos dois casos acima, a nanotecnologia aplicada permitiu que tanto as camisas esportivas, quanto os estofamentos automotivos — e, também, os revestimentos de móveis que se utilizem do produto — tenham características hidrofóbicas (que repelem líquidos). Além dessa, a nanotecnologia pode agregar muitas outras qualidades aos produtos têxteis, como a ação bactericida, impedindo a proliferação de bactérias que causam odor, e filtro solar com fator de proteção contra os raios ultravioletas, dentre outras.

Milhares de produtos já utilizam a nanotecnologia, apesar de estarmos ainda “engatinhando” nessa área. No mundo, todos os principais laboratórios ligados às universidades e as grandes indústrias investem pesado na Pesquisa e no Desenvolvimento (P&D) de novos

materiais e novas aplicações. O Brasil, também, investe em P&D, tanto no setor público, quanto no privado. Dez institutos, a maioria ligada às universidades federais, dedicam-se ao setor e estão congregados ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), com recursos orçamentários do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos e de outras contribuições programáticas. Apesar do retorno garantido, a maioria do investimento em P&D, em todo o mundo, vem do setor público.

“Os Estados Unidos (EUA) é quem mais aplica, depois vem a China e a União Europeia (UE). Os EUA começaram ainda nos anos 2000, lançando a Iniciativa Nacional em Nanotecnologia Norte-Americana, com uma previsão de investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões por ano. A UE, por sua vez, colocou € 5 bilhões em um programa grafeno. É impossível competirmos no momento”, ressalta Adalberto Fazzio, professor titular de física da Universidade de São Paulo (USP) e diretor do Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNN), do Centro de Pesquisa em Materiais e Energia, em Campinas (SP).

São inumeráveis as possibilidades de aplicação da nanotecnologia. Na verdade, em um futuro não tão remoto, todo o desenvolvimento de produtos será feito a partir da manipulação das nanopartículas. Trabalhando com pequenos blocos de matéria numa escala tão diminuta, será possível alcançar resultados com uma precisão jamais vista. O biocientista David Loftus, da Nasa, agência aeroespacial dos EUA, desenvolveu a biocápsula, exemplo perfeito do quanto são promissoras as expectativas da nanotecnologia na área médica e no desenvolvimento de novos medicamentos.

Criada para auxiliar a cura de problemas que acometem os astronautas em missão na órbita da Terra, a tecnologia poderá ser utilizada no tratamento da diabetes e do câncer. As nanopartículas atuarão, especificamente, nas células doentes, evitando efeitos colaterais. Em parceria, o Centro Nacional de

Nanociência e Tecnologia da China e a Universidade Estadual do Arizona desenvolveram nanorobôs para combater tumores, cortando o suprimento de sangue das células cancerígenas, sem afetar as saudáveis. Os cientistas já testaram, com sucesso, essa nova tecnologia no tratamento dos cânceres de mama, de ovário, de pele e pulmonar. A expectativa é de que o mesmo sucesso se repita nos demais tipos de câncer, uma vez que os vasos sanguíneos que irrigam as células são basicamente semelhantes. O *DNA Origamy* é o ramo da nanociência que estuda o desenvolvimento dessas nanomáquinas, ou nanorobôs.



Para o professor Adalberto Fazzio, o Brasil ainda precisa de maior investimento em nanotecnologia

Assim como na área médica, o setor de Tecnologia da Informação, a nanocomputação promoverá uma verdadeira revolução. Novos algoritmos inspirados na nanociência, como algoritmos evolutivos com inspiração quântica, vão acelerar esse processo. Os novos computadores baseados nessa tecnologia serão menores, mais econômicos e com um poder de processamento incomparável. O futuro da nanotecnologia parece fantástico e permite sonharmos com grandes realizações e avanços em todos os campos do conhecimento humano.



Elson Longo defende a eficácia da nanotecnologia



Leonélcio Chiqueto Júnior junto com a *Laser Ablation*, máquina produtora de filmes ultrafinos para computadores

Fotos: Divulgação

“Quando trabalhamos em uma escala tão diminuta assim, alcançamos um aproveitamento melhor e, consequentemente, uma maior eficácia”, explica Elson Longo, professor graduado em química (Universidade Estadual Paulista) e doutor em físico-química, pela Universidade de São Paulo.

São tantas previsões acerca das possibilidades da nanotecnologia, que passam batidas ao nosso conhecimento as realizações já produzidas aqui mesmo no Brasil. No LNN, por exemplo, 14 pesquisadores trabalham com nanomedicina, nanotoxicologia, nanodispositivos e nanomateriais em geral. “Desenvolve-

mos, por exemplo, um nanosensor, que detecta adulteração no álcool vendido nos postos de gasolina. Esse dispositivo poderá se conectar ao seu celular, ou mesmo na bomba do posto”, destaca Adalberto Fazzio. Também no setor de alimentos, o laboratório produz nanopartículas que aceleram o desenvolvimento de plantas, quando inseridas no solo. São fertilizantes que irão substituir os atuais, que, muitas vezes, causam danos à saúde, por serem tóxicos.

Na fabricação de materiais mais leves e resistentes, com características isolantes, ou condutoras de energia, a nanotecnologia

tem agregado uma maior eficiência em resultados. Hoje, por exemplo, já se utilizam nanocompositos na fabricação de peças que equipam as mais modernas aeronaves, o que diminuem seu peso e promovem economia de combustível.

Trabalhando com blocos fundamentais da matéria, qual será o limite? Por enquanto, estamos na infância desse conhecimento. Mas o que já sabemos nos permite prever grandes conquistas. Um mundo bem mais fascinante e espetacular do que já sonhamos e vislumbramos nos mais fantásticos roteiros hollywoodianos.

Aposta em parcerias

Em 2013, o MCTI, com ajuda de vários órgãos oficiais, criou a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN) para auxiliar o desenvolvimento dessa ciência. A IBN recebe apoio em atividades de P&D do Sistema Nacional de Laboratórios de Nanotecnologia, responsável por integrar os laboratórios que estudam a nanotecnologia. A Sibratec NANO, também, apoia as micro e pequenas empresas na implementação de produtos.

Em parceria com a Argentina e a China, o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia e o Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia realizam projetos e avanços científicos nesse proeminente campo da ciência. Em 2014, o Brasil participou do projeto NANoREG, criado pela União Europeia, a fim de promover estudos para a regulação internacional em nanotecnologia. O Brasil entrou no projeto com o fornecimento de ferramentas para esses estudos.



A manipulação e a aplicação das nanopartículas já estão em franca expansão nos vários campos da indústria e da pesquisa científica. No futuro, será a regra para todas as aplicações da atividade humana

A nanotecnologia trabalha com partículas extremamente pequenas, inseridas na composição de vários produtos que alteram sua essência. Com a manipulação em escala molecular e atômica, essas nanopartículas podem ser realocadas, a fim de se obterem os efeitos desejados. Atualmente, no Brasil, há mais de 800 produtos alterados pela nanotecnologia no mercado.

A manipulação de moléculas e átomos já vem sendo desenvolvida há bastante tempo. O professor Norio Taniguchi, em 1974, foi a primeira pessoa a utilizar a palavra nanotecnologia. Ele dizia que o processo da nanotecnologia consiste em três etapas: a da separação, da consolidação e da deformação de materiais. Porém, bem antes, em 1959, Richard Feynman criou o conceito da nanotecnologia, quando apresentou sua teoria em palestra para a Sociedade Americana de Física. Ele acreditava na possibilidade de se construir materiais em uma escala de um nanômetro.

Já o cientista Eric Drexler, visto como o pai da nanotecnologia, foi o primeiro a se doutorar nessa ciência. Os seus estudos foram de grande relevância, assim como seu primeiro livro - *En-*

gines of creation. Por meio desta obra, a palavra nanotecnologia ficou mais conhecida. A nanotecnologia se tornou famosa na década de 1980, quando os cientistas Gerd Bering e Heinrich Rohrer criaram um microscópio de corrente de tunelamento (que transmite imagem de átomos e moléculas em nível atômico) para impulsionar os estudos nessa área. A partir dessa época, os estudos da nanotecnologia começaram a se expandir.

A fabricação de produtos com essa tecnologia aumentará exponencialmente. Hoje, a indústria têxtil já utiliza a nanotecnologia em tecidos. Esses tecidos são a matéria-prima na fabricação da alardeada “roupa inteligente”, com qualidades como: não manchar, evitar líquidos, bloquear raios UVA e UVB e manter a temperatura corporal. Nos equipamentos eletrônicos, a nanotecnologia está presente nos visores dos celulares, TVs e computadores, tornando-os ainda mais econômicos e eficientes. No setor automotivo, tintas para automóveis e motos, também, são utilizadas em aeronaves e embarcações. Contendo nanopartículas, essas super-tintas deixam a pintura mais resistente à ação corrosiva e a pequenos arranhões.

Na fabricação de produtos estéticos, os nanocosméticos, o destaque são os cremes hidratantes para o corpo e o rosto que otimizam a absorção do produto, pelas camadas mais profundas da pele, retardando, assim, o envelhecimento. Além dos cremes, os nanocosméticos, também, são encontrados em pastas de dente, esmalte, maquiagens, perfumes, xampus, condicionadores, desodorantes e pó facial.

Na indústria farmacêutica, a P&D está cada vez mais empenhada no uso da nanotecnologia, presente em vários medicamentos. Nos Estados Unidos, por exemplo, a nanopartícula BIND-014, desenvolvida pela companhia BIND Biosciences, com sede em Massachusetts, apresenta excelentes resultados nos testes dos tratamentos de vários tipos de câncer. Como característica da utilização das nanopartículas, o medicamento, que tem como princípio ativo o decentaxel e está sendo comercializado pelo nome de Taxotere, concentra sua ação nas células doentes, evitando, assim, os efeitos colaterais dos medicamentos convencionais.



O poeta andarilho

Rogério Lyra, Ezequiel Marques Boaventura e Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Como de costume, aos que chegavam a Brasília nos primeiros anos da capital, o choque e o espanto eram a primeira impressão. Foi assim para o rapaz de 16 anos, vindo de Cuiabá com a família, em 1974, para morar na cidade. Longe de seus amigos e dos locais em que cresceu, o jovem Nicolas Behr, além de prosseguir nos estudos (queria ser biólogo), procurou logo arrumar um emprego. Passou por muitas experiências, mas circulando pelas superquadras, tesourinhas e avenidas da capital federal, despertou para sua verdadeira vocação: poetar ou, como dizem os modernos gurus da meditação *mindfulness*, encontrou seu propósito. Nascia, então, o poeta.

Sua formação, contudo, não foi fácil. À aridez urbana da jovem cidade, juntava-se o regime (militar) vigente. E o que poderia, hoje em dia, ser encarado como peripécias de um poeta andarilho,

assumia, na época, aos olhos do poder, ares conspiratórios: subversão. Em 1978, Nicolas, hoje o intrépido herói da geração mimeógrafo (de abnegados poetas e escritores que, fora do circuito *mainstream*, vendiam seus trabalhos em folhas mimeografadas pelas ruas das cidades), foi preso, processado e, depois, solto, após as autoridades observarem apenas um garoto com ideias “bizarras”, que não oferecia perigo ao sistema.

Se para muitos o fato poderia justificar a interrupção de uma carreira, para Nicolas, significou seu florescer. Depois disso, mergulhou ainda mais no corpo e na alma da cidade, de sua gente. Mostrou uma Brasília além do universo político-administrativo. Muito além do poder; do Planalto. Desceu à planície, rodou pelo Plano Piloto, orbitou as satélites (como eram chamadas as cidades ao redor de Brasília dentro do Distrito Federal), como se planasse

acima do mapa urbanístico de Lúcio Costa. Dessas suas andanças, absorveu a essência de uma cidade em formação, sua cultura, idiossincrasias, conflitos e utopias. Revelou, assim, as entranhas e o coração de Brasília.

Nessa entrevista para a revista *Imprensa Nacional*, visitamos Nicolas em seu local de trabalho (além do ofício das letras), o Viveiro (de plantas) Pau Brasília. Lá, em meio ao verde, ele recarrega suas forças, respirando ar puro e tratando das plantas. Mas é do asfalto e do concreto que surge o poeta em uma simbiose perfeita, entre o ser urbano e o lírico, revelando a alma de uma cidade que pulsa e vive à sombra do poder.

Qual foi a sua formação educacional? Como sabemos, você estudou com padres jesuítas em Mato Grosso. Essa fase teve influência para você tornar-se poeta?

Eu tenho o segundo grau completo com muito orgulho. Fui muito rebelde, comecei a trabalhar cedo, fiz o vestibular e não passei, trabalhei em vários lugares, em hotéis, como no Eron, no Aracoara, no Torre Palace, e vendia meus livros na rua também. Fui publicitário, redator. Trabalhei por muito tempo em Ongs ambientalistas e, desde 1990, tenho esse viveiro de plantas. Sou de Cuiabá, Mato Grosso. A influência dos jesuítas foi na minha educação que era muito rígida, rigorosa, isso foi muito bom. Esse período resultou em dois livros meus lá em Diamantino.

*anunciaram a utopia
mas foi Brasília
que apareceu*

Nos anos 1970, uma geração de poetas andarilhos corria os bares, os restaurantes e as ruas de Brasília, vendendo seus trabalhos impressos em folhas mimeografadas. Eles ficaram conhecidos por Geração Mimeógrafo. Você participou desse movimento e lançou vários livros nesse formato. Qual foi a importância desse movimento cultural para os poetas locais e para Brasília?

Não só para Brasília. Foi para o Brasil, porque desmistificou a imagem do poeta, que é aquele cara que está num quarto escuro, numa torre de marfim, num gabinete, um cara inacessível, gênio, ou “o artista é a antena da raça”, como dizia o poeta norte-americano, Ezra Pound. Ele trouxe a poesia de volta pra rua, tirou o terno e a gravata da poesia, deu uma oxigenada na poesia dos anos 1970 no Brasil. Foi uma ruptura e descambou para muitas outras coisas. Uma época muito feliz porque foi a “página de um livro bom”, como diz aquela música do 14 Bis, enfim, foi um privilégio ter participado disso.

Como era a aceitação desses livros mimeografados? As pessoas compravam, liam, divulgavam? Havia um retorno financeiro ou os poetas dessa geração, além de abnegados, queriam apenas mostrar o seu trabalho e protestar por meio da linguagem poética?

A circulação era feita mais entre a rapaziada, mas os livros circulavam, na época não tinha internet, era tudo pelo correio. Eles cumpriam seu papel, havia muita troca, por exemplo: quando eu fui para um encontro de ecologia na Paraíba, levei dez exemplares. Era uma mania nacional fazer livros mimeografados, como os *blogs* de hoje. Em relação ao retorno financeiro, nessa época, eu vivia na casa dos meus pais e eu me mantinha. E é possível viver de poesia no Brasil. Digamos que tenha uns cinco poetas, mas não é só venda de livros, são palestras, seminários, monasticamente é possível viver de poesia. Esse viveiro aqui para mim é o que me conecta à realidade material. É como se fosse um fio-terra. O poeta precisa de um aterramento, se não, ele pira, viaja, se mata. Eu preciso do banal. E o banal aqui é pagar as contas, o contato com as pessoas. A poesia salva, mas, muitas vezes, ela empurra para o buraco. Essa questão do fio-terra é muito importante, aqui você tem contato com todo o Brasil, todo tipo de gente, de problema, aqui é muito bom, você não tem para onde correr, o quarto escuro está longe e quem gosta de quarto escuro é coruja, aqui é que o bicho pega e é bom para a poesia.

*ana lídia,
nossa primeira santa*

*repousa em paz
teu pequenino
corpo violado*

faz milagres

*este poema
escrito em menos
de um minuto*

Por circular por toda Brasília, cantando a cidade em versos e prosa, você e sua obra são muito identificados com a cidade. Como você lida com isso?

*este livro é um elogio
a Brasília
ou uma crítica
à burocracia?*

*na dúvida?
carimbe aqui*

Eu criei um rótulo para mim mesmo, um rótulo limitador, porque virou aquele cara que só escreve a respeito de Brasília. Eu tento fugir disso. Fiz dois livros acerca da minha infância. Há um livro de poesia erótica, outro a respeito das árvores, mas o tema central, claro, é Brasília, não tenho como fugir disso. Participei de uma geração nos anos 1970 aqui em Brasília que botou no peito: eu amo Brasília, nós amamos Brasília e que gerou o movimento Cabeças, nos anos 1970 para os 1980. Então, eu me orgulho muito em ser identificado como um cara que escreve a respeito de Brasília. Brasília é muito instigante. É uma cidade muito nova, ainda não se escreveu nada acerca de Brasília, eu tive a sorte de chegar e escrever a respeito da cidade. Tenho minhas “influências e confluências”, como dizia Mário Quintana, eu me orgulho muito das minhas influências; Oswald de Andrade, Drummond, Fernando Pessoa, João Cabral de Melo Neto, e os mais recentes, Francisco Alvim, Paulo Leminski, Chacal. A minha poesia é uma poesia curta, direta, modernista, pós-modernista. Se não fosse Brasília, eu não seria poeta.

Na era digital, na qual as pessoas cada vez leem menos e o meio impresso (jornal, livro, revistas etc.) sofre essa concorrência das plataformas digitais, ainda existe lugar para bons autores de poesia, romance, memorialistas?

Existe, porque vale o que está escrito, vale o conteúdo. É claro que nós estamos passando do impresso para o digital, do papel para a tela, mas, o que manda, o que faz a diferença, é o conteúdo. A tecnologia não salva o poema, eu ainda sou poeta do papel, eu tenho um *site*, não uso muito o *e-book*, eu uso mais o *Facebook*. O problema

CULTURA - Entrevista com o poeta Nicolas Behr

é que essa tecnologia traz um material que é deletável e o livro você não deleta, o livro tá aqui. Não tem como. O cara pode pegar, rasgar ou queimar, mas você fez mil, dois mil exemplares, e, quando deleta, perde tudo. Eu já vi muita gente perder muita coisa na nuvem, nessa nuvem eu não confio, ela muda de lugar, sai daqui, evapora. Então, o livro é fundamental. Nós vivemos novos tempos e o tempo não para e eu uso a internet. E, repetindo a minha fala: a tecnologia não salva o poema.

*tô namorando
uma sigla*

MSPW

conhecem?

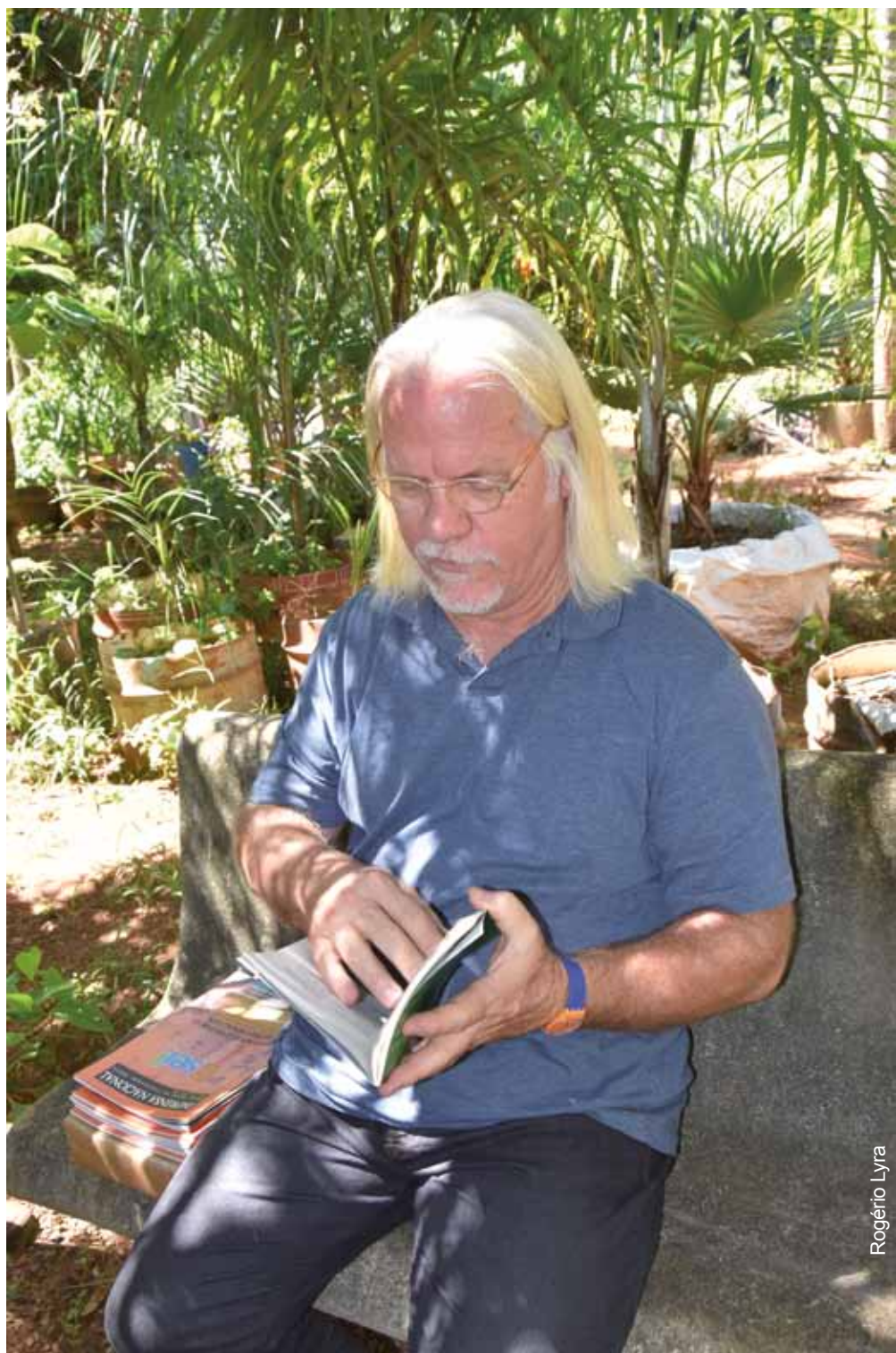
*uma gracinha
de sigla*

*ela é a minha
emessepêdabelhuzinha*

Que mensagem você passaria às novas gerações, as quais, a cada dia que passa, ficam mais ligadas ao mundo digital?

Passo uma mensagem, para quem quer escrever, que são três coisas: ler, ler, ler, escrever, escrever, escrever, rasgar, rasgar, rasgar, ou deletar, deletar, deletar. Pra essa turma que vem aí, esse material é muito fácil perder. Conheci gente que perdeu tudo que escreveu. Eu sempre falo às pessoas: escreva lá no seu blog, mas imprima e guarde numa pasta. Não confiar tanto na tecnologia e mais na emoção, nos sentimentos.

Uma das formas de divulgação da expressão poética é a música popular. Seja pela letra, especialmente composta para uma canção, ou pela musicalização de



Rogério Lyra

Junto à natureza, Nicolas Behr recupera sua energia poética

poesias. Como você vê a produção musical como espaço de popularização da poesia?

Muitas letras de música se sustentam sem a melodia, outras não. Essa é uma discussão sem fim. Por exemplo, o Chico Buarque é poeta, o Caetano Veloso, também, só que nesse caso a letra é atrelada a uma melodia, aí é que está

a questão, poucas letras se sustentam sem a melodia, são poucas, mas é um meio. Renato Russo é um grande poeta e encontrou um meio para milhões de pessoas terem acesso. O Leonard Cohen, canadense, disse que ninguém dá bola para as suas poesias. Então vou musicar meus livros. Ele virou um grande astro.

QUANDO VOCÊ DEIXA DE VOTAR, SÃO OS OUTROS QUE ACABAM ESCOLHENDO POR VOCÊ.

Nestas eleições, encontre o candidato que melhor representa suas ideias. Porque votar é decidir você mesmo o que é melhor para o futuro.



BICHOS URBANOS

Rogério Lyra



Fotos: Rogério Lyra

Pomba avoante na área verde da IN

Com a urbanização e o desmatamento, cada vez mais animais silvestres mudam-se para as cidades. Esse convívio forçado pela destruição de seus *habitats* e a oferta de alimentos têm gerado problemas e adaptações de algumas espécies às novas condições de vida.

No Lago Sul, bairro de Brasília que concentra umas das maiores rendas *per capita* do País, vez por outra, moradores se deparam com a visita de capivaras e jacarés nadando placidamente em suas piscinas. Em 2017, não muito longe dali, nas cercanias do Palácio do Itamaraty, sede da diplomacia brasileira, câmeras de segurança da instituição filmaram uma onça parda, assustada com um incêndio próximo do local. Chamada, a polícia ambiental não conseguiu localizar o animal. Assim como em Brasília, outros centros urbanos experimentam os efeitos da sinantropia, fenômeno pelo qual animais e vegetais que habitam os povoamentos humanos se adaptam e beneficiam-se das condições ecológicas criadas pela ação do homem.

Tal fenômeno, além de não ser apenas local e, sim, mundial, também não é novo. Na realidade é tão antigo quanto a civilização humana, que, aliás,

é a razão de sua existência. Desde tempos remotos, ratos, pombos e insetos se beneficiam da convivência com o homem. A oferta de alimentos, proporcionada por sobras de comida e descartes produzidos pelas comunidades, levou diversas espécies a se adaptarem às condições urbanas e aumentarem suas populações. Atualmente, com o aumento da urbanização e o desmatamento de grandes extensões, antes *habitat* natural de várias espécies, ocorre a intensificação visível do fenômeno. Animais, antes raramente vistos fora de seus locais de origem, agora, estão presentes com maior frequência nas zonas urbanas.

A adaptação de animais silvestres em comunidades humanas, além da mudança de hábitos territoriais e alimentares, trouxe, também, várias consequências para a saúde animal. Esquilos, macacos e demais mamíferos, por exemplo, passaram a desenvolver obesidade e até diabetes. Também algumas pragas que não os acometiam em seus ambientes naturais tornaram-se comuns, após o convívio entre espécies de espaços diferentes. É o caso de insetos, ratos e pombos responsáveis por várias doenças transmissíveis.

Essa convivência forçada entre humanos e animais, às vezes, é traumática. Nas rodovias que cruzam as áreas de mata, o perigo de acidentes provocados por animais de maior porte, como capivaras, antas, veados, cangurus e aves, é um problema mundial. A respeito desse aspecto, uma solução estudada – no Brasil pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) – é a implantação de corredores ecológicos (ver edição nº 7). Os corredores ligariam porções de ecossistemas naturais às Unidades de Conservação (UCs), áreas protegidas e fiscalizadas pelo instituto. Neles, a dispersão e a recolonização das espécies seriam facilitadas, bem como o risco de acidentes minimizado.

Mesmo com a implantação dos corredores, a tendência é que a sinantropia persista, tanto no Brasil quanto no mundo. A adaptação das espécies, além de um fenômeno natural, é irreversível enquanto houver expansão das comunidades humanas, adentrando em locais antes exclusivos para a vida animal. Diante dessa realidade, parece que o velho ditado popular — “Se não podes com eles, junte-se a eles” — é seguido à risca pela bicharada.

NOSSA FAUNA

Com uma área verde total de 110 mil m², que circunda três instituições, a Imprensa Nacional (IN), o Arquivo Nacional e a Advocacia-Geral da União, nossos jardins abrigam 490 árvores, de 70 espécies, dentre nativas, oriundas de todos os biomas brasileiros, e exóticas, de várias regiões do Planeta. O conjunto criou um ambiente agradável, tanto para os servidores da Casa, quanto para os visitantes e, em especial, para os representantes da nossa fauna urbana, que adotaram o espaço como moradia, ou rota ocasional. Dentre as espécies visíveis por aqui estão os micos de tufo preto, saruês, corujas buraqueiras e dezenas de aves nativas, como o sabiá-laranjeira, o bem-te-vi, periquitos e curicacas. Aves exóticas, trazidas há bastante tempo para o nosso país, hoje são comuns por aqui. Esse é o caso de pardais e pombos.

Na área próxima à caixa-d'água, por exemplo, em famílias de micos, totalmente ambientados ao convívio com os humanos, desapareceu o comportamento arisco, próprio da espécie. Ao contrário, divertem servidores e visitantes com suas peripécias, pulando de galho em galho e correndo pelos alambrados. Comuns em toda grande cidade, os pombos, que se reproduzem em demasia, em nossos jardins encontraram um ambiente agradável. Aqui descansam de suas andanças urbanas em busca de restos de alimentos. Essa paz, contudo, vez por outra se transforma em risco de vida. Da família dos falconídeos, o carcará é o seu principal predador e passa os dias em sobrevoos entre o Parque da Cidade (nosso vizinho) e os jardins da IN em busca de suas presas. Os pombos são as suas preferidas.

Da família dos gambás, os saruês são abundantes nessa região do cerrado. Na IN, esse pequeno mamífero, devorador de insetos, ovos, lagartos, anfíbios e uma infinidade de outros pequenos animais, encontra um refúgio seguro em nossos jardins. Apesar disso, o curioso animal, vez por outra adentra pelas instalações do prédio, o que exige sua captura e a devolução para seu habitat. Recentemente, uma equipe do Batalhão da Polícia Ambiental do DF veio ao socorro dos nossos brigadistas, para resgatar um saruê. O animal foi capturado e enviado a um ambiente apropriado para sua espécie.

No Bosque Chico Mendes, ao lado do Arquivo Nacional, um casal de corujas buraqueiras fez seu ninho no chão, ao pé de árvores típicas do cerrado. Também próximo ao bosque é possível ver, vez por outra, pica-paus-de-cabeça-amarela e os de topete vermelho. Em toda área verde, tucanos e periquitos são visitantes constantes, especialmente na época de frutas abundantes pelos jardins. De uns tempos pra cá, curicacas vindas possivelmente do Parque da Cidade, têm aparecido com frequência, especialmente após o aparo da grama, quando pequenos insetos ficam expostos, proporcionando às aves uma oferta de proteína extra.

Compondo um típico “bioma urbano”, os jardins da IN são ricos em vida animal e vegetal. As diferentes espécies de árvores, arbustos e gramíneas, proporcionam um ambiente convidativo e seguro para os animais desta fauna urbana. Desde os mais comuns, pombos e gatos, por exemplo, até os mais selvagens, cada vez mais se arriscam nessas paragens, seja em visitas esporádicas ou adotando-as como seu novo lar.

MEIO AMBIENTE - Bichos urbanos



Bem-te-vi, espécie comum nos jardins da IN



Pardal, original do Oriente Médio, começou a se dispersar pelo mundo a partir da Europa, hoje comum em todo o Brasil



Pombos se refrescam no que parece ser uma praia ensolarada, próximo ao Bosque Chico Mendes

MEIO AMBIENTE - Bichos Urbanos

Carcará se alimentando de um pombo



Em nossos jardins, longe dos perigos urbanos, o saruê se desenvolve saudável



Fotos: Rogério Lyra



Coruja buraqueira no Bosque Chico Mendes



A curicaca provavelmente se deslocou do Parque da Cidade até a IN



Foto: Rogério Lyra

Márcio Henrique da Silva coordena as ações de trato animais silvestres do Cetas-DF

Como funcionam os Cetas

As unidades responsáveis pelo manejo da fauna silvestre prestam serviço de recepção, identificação, marcação, triagem, avaliação, reabilitação e destinação de animais silvestres, provenientes da ação fiscalizatória, resgates ou a entrega voluntária de particulares. Os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) integram a estrutura da Superintendência - Supes do Ibama no estado. A atuação dos Cetas é restrita ao recebimento de animais silvestres, não sendo admitido o recebimento de espécies domésticas. Quando o animal silvestre não tem condições de ser reintegrado ao seu *habitat*, ele é destinado a criação, observando as espécies para o qual foi autorizado ou licenciado.

Glossário:

Entrega voluntária: ato espontâneo realizado pelo cidadão ao entregar um animal silvestre em sua posse regular ou irregularmente.

Reabilitação: ação planejada de preparação e treinamento de animais que serão reintegrados ao ambiente natural.

Resgate: captura ou recolhimento, por autoridades competentes, de animais silvestres em vida livre em situação de risco ou em conflito com a população humana.

Reintrodução: ação planejada para reestabelecer uma espécie em área que foi, em algum momento, parte de sua distribuição geográfica natural, do qual foi extirpada ou extinta.



Duas corujas-orelhudas - Cetas-DF



Coruja de Torre- Cetas-DF

Fotos: Rogério Lyra



Divulgação- BPMA



SEGURANÇA ANIMAL

Quando se discute a crescente onda de violência e criminalidade dos centros urbanos, o tema segurança é recorrente nas conversas entre amigos, família e colegas de trabalho. Poucos se lembram, no entanto, da segurança de nossa biodiversidade, em especial da vida selvagem que divide espaço conosco nas cidades e no entorno. No Distrito Federal, o responsável por executar o policiamento florestal, lacustre, fluvial e dos mananciais é o Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal (BPMA). O órgão atua no combate ao tráfico de animais silvestres, busca e apreensão. "Recebemos denúncias da própria comunidade acerca do comércio ilegal e posse não autorizada. Também fazemos diligências constantemente por todo o DF", explica o major Gabriel de Sousa Jr., comandante do BPMA-DF.

Além do trabalho de policiamento e repressão aos crimes ambientais, o Batalhão recolhe animais encontrados fora de seu *habitat* natural e refugados em residências, logradouros públicos e em quaisquer locais que sejam solicitados. "Aconselhamos a população chamar o BPMA, a fim de preservar a segurança das pessoas e dos animais, pois pode ser perigoso tentar capturar um animal silvestre, principalmente se esse estiver acuado", alerta o major. O BPMA é subordinado ao Comando de Policiamento Ambiental (CPAM) e está habilitado a servir, em forma de convênio, outras Unidades da Federação. Agora em 2018, o BPMA completa 30 anos de atividades.

BPMA resgata um lobo guará e um jacaré



O parágrafo dos valores

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Aquele primeiro parágrafo do primeiro capítulo diferia dos outros tantos que consistiam no novo livro daquele escritor experiente. Diferia, não por ser o primeiro parágrafo, trecho atormentador para muitos escribas mundo afora. A página em branco teimava em permanecer daquela forma original: simplesmente branca, sem uma linha que chamasse as demais, sem uma nesga da condução ao fecho, até então incerto para ele. Recorreu a seus livros anteriores e a livros de outros autores nos quais se espelhava.

Agarrou-se à metáfora do romancista Graciliano Ramos para explicar ao jornalista Joel Silveira como um escritor deve proceder para cortar gorduras do discurso: “Você faz como as lavadeiras de Alagoas: elas pegam a roupa suja para a primeira lavada, espremem, ensaboam, batem na pedra, dão outra lavada, passam anil, espremem novamente, botam no sol para secar, depois apertam. Quando não sai mais uma gota, aí você publica”. O belo referencial apenas aumentou sua angústia. Afinal, recomendava cortar gorduras, ao passo que ele se encontrava diante de uma página tão magra quanto a de quem balbucia as primeiras palavras de um idioma novo.

Ele mantinha, de modo vago, mas recorrente, o percurso dos personagens daquela narrativa ficcional. Mas o primeiro parágrafo teimava em permanecer estéril, ou estéril estava ele? Havia de encontrar uma saída urgente para aquele inesperado bloqueio criativo. “Para escrever, é preciso ler, mas sem plagiar”, lembrou-se do conselho do seu velho mestre ginásial. Seu desespero o fez comparar-se aos aflitos do *Navio negreiro*, poema épico de Castro Alves. Clamou às alturas, perante o horror da página em branco:

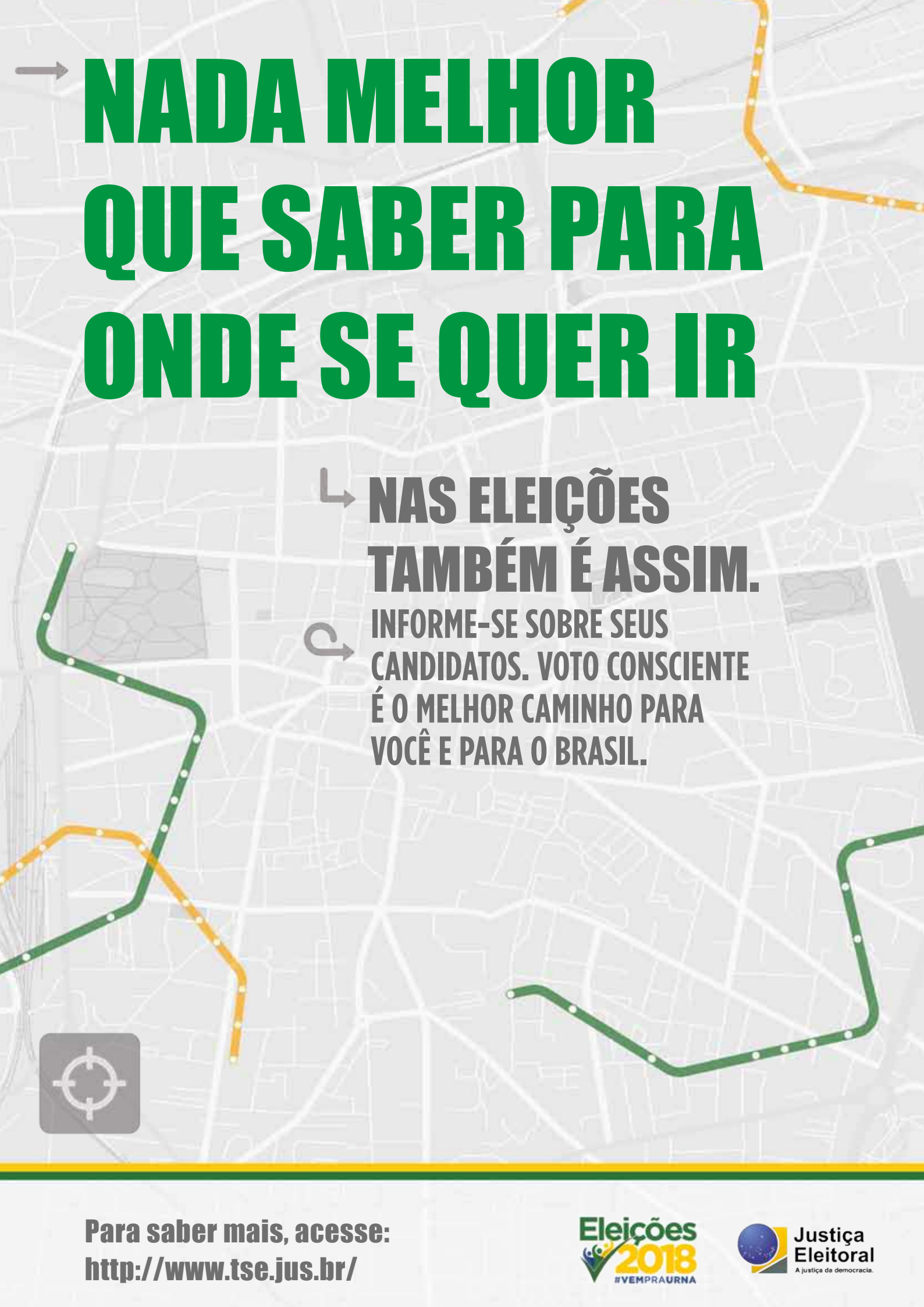
Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus!
Se é loucura... se é verdade
Tanto horror perante os céus?!

Por instantes, abandonou o teclado do computador. Na varanda da casa

modesta, absorveu o ar puro daquela hora, quase meia-noite. Como não fumava e nem bebia café, o sono começava a mandar seus sinais de aproximação. Deixaria a costumeira cerveja para o meio-dia seguinte. Debatia-se com aquele primeiro parágrafo desde as primeiras manifestações do alvorecer. A inspiração haveria de chegar e o encontraria trabalhando, como recomendava Picasso. Parou e retomou ao longo do dia, entremeado de outros afazeres domésticos. Adotou o lema de Einstein: “Penso 99 vezes e nada descubro. Deixo de pensar, mergulho no silêncio, e a verdade me é revelada”.

“Nonada”! O início seria mesmo algo sem importância, como à primeira vista nos mostra Guimarães Rosa, na abertura de *Grande sertão: veredas*? Ou carrega outros significados como nas seis vezes em que brota do clássico roseano, abrindo e, praticamente, fechando o romance? Alerta: retornou ao teclado. Às favas as pressões da editora, sempre a lembrá-lo do adiantamento que lhe fizera pelo novo livro, mas esquecendo-se — a editora —, que ele não era um pedinte, mas, sim, a parte principal daquela relação totalmente à mercê do seu poder criativo. Por mais uma hora as palavras começaram a brotar na tela, enchendo-a de pequenos pontos negros. A guiá-los, valores permanentes da humanidade: persistência, valentia, obstinação, bondade, caridade, irmandade, solidariedade, voluntarismo, otimismo, reciprocidade, reconhecimento, natureza, acessibilidade, liberdade, travessuras e travessias.

Até estranhou o emprego desses valores eternos como inusitados para o livro que se propunha a promover a necessária reflexão — e o temor — de que valores antagônicos pudessem se sobrepor naquela narrativa. Mas conseguiu impor a predominância dos primeiros sobre os segundos, muito embora a violenta realidade se utilize de todos os meios para ultrajar o destino de quem insista em se colocar no lugar dos outros e transformar, para melhor, a crônica dos nossos breves dias.



NADA MELHOR QUE SABER PARA ONDE SE QUER IR

↳ **NAS ELEIÇÕES
TAMBÉM É ASSIM.**

↳ **INFORME-SE SOBRE SEUS
CANDIDATOS. VOTO CONSCIENTE
É O MELHOR CAMINHO PARA
VOCÊ E PARA O BRASIL.**

Para saber mais, acesse:
<http://www.tse.jus.br/>



Dom João VI
Obra do servidor
Cláudio de Souza, doada
ao Museu da Imprensa

